CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR
ÂNIMA EDUCAÇÃO

DANIEL ARAÚJO AFFONSO ALVES
DÉBORA CAMPOS FRANÇA
KESSILIN MATTOS DE ALMEIDA

A REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS BRASILEIROS PÓS CRISE DE 2008

Rio de Janeiro
2023

DANIEL ARAÚJO AFFONSO ALVES
DÉBORA CAMPOS FRANÇA
KESSILIN MATTOS DE ALMEIDA

A REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS BRASILEIROS PÓS CRISE DE 2008

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Ciências Econômicas, do Centro Universitário IBMR- Ânima Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Anache

Rio de Janeiro
2023

DANIEL ARAÚJO AFFONSO ALVES
DÉBORA CAMPOS FRANÇA
KESSILIN MATTOS DE ALMEIDA

A REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS BRASILEIROS PÓS CRISE DE 2008

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel, aprovado em sua forma final pelo curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário IBMR.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

_____
Me. Ricardo Pereira Barbosa

_____
Me. Wagner Fernandes dos Santos

_____
Dr. Marcelo de Carvalho Anache

Rio de Janeiro
2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, por todo amor, encorajamento e confiança depositada em mim e por sempre serem a fonte da minha força. Sem o apoio deles, esta conquista não seria possível.

Aos meus professores e orientadores, expresso minha profunda gratidão. Foram 4 anos de muitas orientações, conhecimento compartilhado, parceria e dedicação que foram fundamentais para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos meus amigos e colegas de pesquisa, agradeço pela colaboração, discussões, momentos incríveis e companheirismo que compartilhamos ao longo desses anos.

Ao meu professor e amigo Marcelo Martins por ser minha fonte ilimitada de incentivo e encorajamento, por me ensinar a enxergar o mundo de diversas formas e por me amparar em todo processo acadêmico.

Por fim, dedico este trabalho à minha própria perseverança e determinação. Houve momentos desafiadores ao longo dessa jornada, mas a crença em minha capacidade e a paixão pela área de pesquisa me impulsionaram a continuar avançando. Este trabalho é um reflexo de todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu crescimento e sucesso acadêmico. Meu sincero agradecimento a todos vocês por fazerem parte desta jornada e por terem um impacto significativo na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que me ajudaram a completar este trabalho e um agradecimento especial aos meus amigos e familiares que me deram apoio incondicional, estímulo e compreensão durante esses anos. Agradeço também à instituição que me concedeu a oportunidade de realizar este estudo.

“A economia é uma virtude distributiva
e consiste não em poupar mas em escolher.”

-Edmund Burke

RESUMO

Este estudo dedica-se a analisar o Investimento Direto no País (IDP) no contexto brasileiro após a crise financeira global de 2008, com o intuito de compreender as variações e tendências do IDP e como estas se correlacionam com as políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro visando a recuperação e o fortalecimento dos investimentos internacionais. Os objetivos específicos do estudo incluíram a apresentação e discussão dos indicadores econômicos do Brasil, tais como PIB, taxa de juros e de câmbio, além das entradas e saídas de investimento direto estrangeiro com base em dados do World Bank, IPEA e BCB. Além disso, procurou-se elucidar as principais medidas de estímulo econômico adotadas pelo governo e destacar a importância da intervenção estatal na economia durante tempos de crise, tudo isso suportado por uma análise bibliográfica robusta. As conclusões desta pesquisa evidenciam que o Brasil apresentou resiliência econômica após a crise de 2008, marcada por um crescimento do PIB e por uma retomada econômica sustentada pelo consumo doméstico e investimentos. O fluxo de IDE demonstrou ser crucial para o país, assegurando uma imagem de estabilidade e atraindo investidores estrangeiros, mesmo diante das oscilações de mercado. As políticas monetárias, em especial a gestão da taxa Selic e as flutuações cambiais, foram estratégicas para o equilíbrio inflacionário e estímulo ao crescimento, refletindo também a confiança dos investidores no país. A atuação governamental diante da crise, com estímulos econômicos e políticas de intervenção estatal, revelou uma capacidade estratégica de resposta e efetividade na atração de investimentos. Ações como reformulações regulatórias, desburocratização, incentivos fiscais e tributários, e parcerias público-privadas mostraram-se essenciais para estabelecer a confiança dos investidores internacionais.

Palavras-chaves: Crise financeira. Economia brasileira. Fluxo de investimentos. Política econômica. Cenário internacional.

ABSTRACT

This study is dedicated to analyzing Foreign Direct Investment (FDI) in the Brazilian context after the global financial crisis of 2008, with the aim of understanding the variations and trends in FDI and how they correlate with the economic policies implemented by the Brazilian government aimed at recovering and strengthening international investments. The specific objectives of the study included the presentation and discussion of Brazil's economic indicators, such as GDP, interest and exchange rates, as well as the inflows and outflows of foreign direct investment based on data from the World Bank, IPEA and BCB. In addition, an attempt was made to elucidate the main economic stimulus measures adopted by the government and to highlight the importance of state intervention in the economy during times of crisis, all supported by a robust bibliographical analysis. The conclusions of this research show that Brazil showed economic resilience after the 2008 crisis, marked by GDP growth and an economic upturn sustained by domestic consumption and investment. The flow of FDI proved to be crucial for the country, ensuring an image of stability and attracting foreign investors, even in the face of market fluctuations. Monetary policies, especially the management of the Selic rate and exchange rate fluctuations, were strategic in balancing inflation and stimulating growth, also reflecting investor confidence in the country. Government action in the face of the crisis, with economic stimuli and state intervention policies, revealed a strategic response capacity and effectiveness in attracting investment. Actions such as regulatory reform, debureaucratization, fiscal and tax incentives, and public-private partnerships proved to be essential in establishing the confidence of international investors.

Keywords: Financial crisis. Brazilian economy. Investment flows. Economic policy. International scenario.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Fluxo de investimento direto Estrangeiro no Brasil (2008-2011) 41
Gráfico 2: Evolução do PIB brasileiro (2007-2012) 45
Gráfico 3: Taxa Selic (%) 49
Gráfico 4: Evolução da Taxa de Câmbio 50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Políticas governamentais 49

LISTA DE ABREVIATURAS

BCE - Banco Central Europeu
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (grupo de países emergentes)
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CDI - Certificado de Depósito Interbancário
CDO - Obrigação de dívida colateralizada
COPOM - Comitê de Política Monetária
CRI - Crise Financeira Internacional de 2008
EUA - Estados Unidos da América
FED - Federal Reserve (Banco Central dos EUA)
FII - Fundo de Investimento Imobiliário
FMI - Fundo Monetário Internacional
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
IDE - Investimento Direto Estrangeiro
IPO - Oferta Pública Inicial (Initial Public Offering)
OMC - Organização Mundial do Comércio
PIB - Produto Interno Bruto
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **13**
1.1 Objetivos Gerais 16
1.2 Objetivos Específicos 17
1.3 Justificativa 17
2. REFERENCIAL TEÓRICO **19**
2.1 Breve panorama histórico da Economia brasileira 19
2.2 Investimentos internacionais no Brasil pré-crise 2008 24
2.3 Crise Financeira de 2008 e seus efeitos globais 30
3. METODOLOGIA **34**
4. ANÁLISE DE RESULTADOS **36**
4.1 Indicadores Econômicos do Brasil após a crise de 2008 36
4.2 Análise das medidas de estímulo do governo brasileiro durante a crise de 2008 e a importância da intervenção estatal 49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **56**
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **58**

1. INTRODUÇÃO

A globalização econômica, um fenômeno multifacetado que permeia as fronteiras nacionais, é marcada pela crescente interdependência entre as economias de diferentes países. Esta interdependência é evidenciada pela intensificação das relações comerciais e financeiras, que se tornaram mais intricadas e interconectadas ao longo das últimas décadas. Tal fenômeno não é apenas resultado da evolução tecnológica, que facilitou a comunicação e o transporte, mas também de decisões políticas e estratégias econômicas que buscaram promover a liberalização do comércio e a integração financeira (KEOHANE; NYE, 2020).

De acordo com Kara (2016), no cenário de crescente globalização, os fluxos de investimento internacional assumem uma relevância sem precedentes. Eles não são apenas movimentos de capital de um país para outro, mas também refletem a percepção e a confiança dos investidores no ambiente macroeconômico de uma nação. Quando os investidores percebem que uma economia é estável, com fundamentos sólidos e potencial de crescimento, eles tendem a alocar mais recursos, o que, por sua vez, pode impulsionar o desenvolvimento econômico do país receptor.

Além disso, os fluxos de investimento internacional não se limitam a simples transferências de capital. Eles também atuam como canais primordiais para a disseminação de tecnologia, *know-how* e práticas inovadoras. Quando uma empresa multinacional decide investir em um país, ela frequentemente traz consigo tecnologias avançadas e práticas gerenciais que podem ser novas para o mercado local. Esta transferência de conhecimento pode beneficiar o país receptor de várias maneiras, desde a modernização de sua base industrial até a capacitação de sua força de trabalho (GLACHANT, 2013).

No entanto, é importante notar que, enquanto os fluxos de investimento podem trazer inúmeros benefícios, eles também podem apresentar desafios. A volatilidade dos fluxos de capital, especialmente em períodos de incerteza global, pode levar a desequilíbrios macroeconômicos e vulnerabilidades financeiras.

No entendimento de Fleury (2011), o Brasil, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como uma das principais economias emergentes, destacando-se não apenas pela sua vastidão territorial e riqueza de recursos naturais, mas também pelo

seu potencial de mercado e capacidade produtiva. Sua inclusão no grupo BRICS - um acrônimo que engloba as economias do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - é um testemunho de sua importância estratégica e influência no cenário econômico global.

De acordo com Silva (2020), durante a primeira década do século XXI, o Brasil vivenciou um período de expansão econômica notável. Este crescimento, longe de ser um fenômeno isolado, foi o resultado de uma série de fatores que convergiram favoravelmente para o país. Internamente, políticas macroeconômicas prudentes, aliadas a uma gestão fiscal responsável, proporcionaram um ambiente de estabilidade, essencial para atrair investimentos. Adicionalmente, as reformas estruturais implementadas nos anos 1990 e 2000, que incluíram a abertura comercial, privatizações e modernização da infraestrutura, criaram um ambiente propício para o desenvolvimento sustentado.

No cenário externo, a demanda global por commodities experimentou um aumento significativo, principalmente devido ao rápido crescimento de economias asiáticas, como a China. O Brasil, com sua vasta gama de recursos naturais, posicionou-se como um fornecedor chave no mercado global, exportando desde produtos agrícolas, como soja e carne, até minerais, como ferro e petróleo. Esta demanda elevada por commodities resultou em superávits comerciais consistentes, fortalecendo as reservas internacionais e a posição fiscal do país (SALAMA, 2010).

A combinação desses fatores internos e externos fez com que o Brasil se tornasse um destino atrativo para investidores internacionais. Para Paula e Pires (2017), o influxo de investimento direto estrangeiro (IDE) aumentou consideravelmente, direcionando-se não apenas para o setor de commodities, mas também para áreas como infraestrutura, tecnologia e serviços. Este voto de confiança no potencial brasileiro refletiu-se em diversos indicadores, desde a valorização da bolsa de valores até a expansão de parcerias comerciais com nações de diferentes continentes.

No entanto, essa percepção de prosperidade contínua foi impactada com a eclosão da crise financeira global de 2008. Este evento, que teve suas raízes nos Estados Unidos, foi precipitado por uma série de fatores interconectados, sendo os mais notáveis a bolha imobiliária e a subsequente crise dos *subprimes*.

A bolha imobiliária nos Estados Unidos foi caracterizada por um aumento exponencial nos preços dos imóveis, alimentado por práticas de empréstimo imprudentes e uma especulação desenfreada. Os empréstimos *subprime*, por sua vez, são conceituados por Mishkin (2011) como créditos concedidos a mutuários com históricos de crédito questionáveis ou sem a devida capacidade de pagamento. Estes empréstimos foram posteriormente securitizados e vendidos como ativos financeiros, espalhando o risco associado por todo o sistema financeiro global.

Quando a bolha estourou e os preços dos imóveis começaram a cair, muitos mutuários encontraram-se em uma situação de "patrimônio líquido negativo", onde o valor de suas propriedades era inferior ao saldo de seus empréstimos. Isso levou a uma onda de inadimplências, que rapidamente reverberou através do sistema financeiro, levando à insolvência de várias instituições financeiras de renome.

O efeito da crise não se limitou aos Estados Unidos. Dada a natureza interconectada da economia global, a crise rapidamente se alastrou para outras nações, causando uma retração significativa nos fluxos de capital, quedas acentuadas nas bolsas de valores e uma desaceleração econômica em escala global. Muitos países, mesmo aqueles com fundamentos econômicos sólidos, encontraram-se em recessão, enfrentando desemprego crescente e instabilidade fiscal.

A magnitude da crise financeira de 2008 foi tal que muitos acadêmicos e economistas a compararam à Grande Depressão de 1929, um período que também foi marcado por colapsos bancários, contração econômica e desafios significativos para os formuladores de políticas. Ambas as crises serviram como lembretes contundentes da vulnerabilidade inerente aos sistemas financeiros e da necessidade de regulação e supervisão rigorosas para prevenir desequilíbrios e excessos.

Para o Brasil, segundo Stuenkel (2013), o efeito da crise financeira global de 2008 foi sentido de maneira diferenciada quando comparado a outras nações. Inicialmente, o país demonstrou uma notável resiliência, com uma capacidade de recuperação que surpreendeu muitos analistas internacionais nos anos que se seguiram à crise. Esta recuperação foi impulsionada, em parte, por políticas econômicas internas robustas e uma demanda global ainda forte por commodities. No entanto, essa tendência positiva começou a se inverter à medida que os fluxos de investimento mostraram sinais crescentes de retração.

Diversos fatores convergiram para essa mudança de cenário. A economia chinesa, que durante anos manteve taxas de crescimento impressionantes e serviu como um dos principais motores da demanda por commodities, começou a desacelerar. Esta desaceleração teve implicações diretas para o Brasil, dada a interdependência comercial entre os dois países.

Além disso, os preços das commodities, essenciais para a balança comercial brasileira, sofreram quedas significativas, afetando as receitas de exportação e o saldo comercial. Somado a isso, o Brasil enfrentou períodos de turbulência política e econômica, com escândalos de corrupção, instabilidade governamental e incertezas quanto à direção das políticas econômicas. Estes fatores, em conjunto, contribuíram para um ambiente menos atrativo para investimentos (NASSIF; FEIJÓ; ARAÚJO, 2020).

Qual foi o impacto da crise financeira de 2008 na redução dos investimentos estrangeiros no País e quais foram os principais fatores econômicos, políticos e regulatórios que influenciaram essa diminuição? Além disso, como as políticas e estratégias adotadas pelo governo brasileiro responderam a essa redução e quais foram os efeitos dessas respostas na economia nacional? Este problema de pesquisa permite explorar os efeitos da crise de 2008 nos investimentos estrangeiros no Brasil, os fatores que contribuíram para essa redução, as respostas políticas e regulatórias do governo brasileiro e o impacto dessas respostas na economia do país.

1.1 Objetivos Gerais

O presente estudo tem como objetivo principal analisar o Investimento Direto no País (IDP) no contexto brasileiro, particularmente no período subsequente à crise financeira global de 2008 além de avaliar as estratégias e políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro em resposta ao impacto nos investimentos estrangeiros. Através dessa análise busca-se Identificar os principais fatores que contribuíram para a diminuição dos investimentos estrangeiros assim como seus impactos no território nacional.

1.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, destacam-se os seguintes:

- Apresentar e discutir os Indicadores Econômicos do Brasil, PIB, Taxa de Juros, Taxa de Câmbio, Entrada e Saída de Investimento Direto Estrangeiro após à crise de 2008 a partir de dados do World Bank, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Banco Central do Brasil (BCB);
- Elucidar as principais medidas de estímulo adotadas pelo governo brasileiro em resposta à crise financeira global de 2008 a partir de dados do IPEA;
- Destacar a importância e necessidade da intervenção estatal na economia em tempos de crise no Brasil através de uma análise bibliográfica.

1.3 Justificativa

A crise financeira global de 2008 teve repercussões profundas e duradouras em diversas economias em todo o mundo. O Brasil não foi exceção a essa onda de instabilidade. Neste contexto de incerteza e recessão económica, o Investimento Direto no País (IDP) surgiu como uma métrica de extrema importância. Este indicador reflete o montante de investimentos estrangeiros direcionados ao território nacional.

Analisar as flutuações e tendências do IDP no período subsequente à crise tornou-se fundamental. Isso porque, ao entender essas dinâmicas, é possível avaliar a atratividade do Brasil como destino de investimentos e, consequentemente, sua capacidade de sustentar e promover o crescimento econômico em meio a um cenário global adverso.

Além disso, o IDP também serve como um termômetro da resiliência da economia brasileira, indicando sua habilidade de se recuperar de choques externos e manter um ambiente propício para o fluxo contínuo de investimentos estrangeiros, elemento chave para a estabilidade e progresso econômico a longo prazo.

Ao contextualizar o IDP com as políticas econômicas e estratégias adotadas pelo governo brasileiro, este estudo busca lançar luz sobre os esforços do país em recuperar e fortalecer sua posição no cenário de investimentos internacionais. A análise proposta visa elucidar os efeitos dessas políticas, tanto em termos de

atração de investimentos quanto na busca pela estabilidade econômica em um período desafiador.

A pesquisa se concentrará na avaliação dos principais indicadores econômicos que moldam e refletem a situação econômica do Brasil pós-crise de 2008. Isso incluirá o Produto Interno Bruto (PIB), que mede a produção total de bens e serviços, a taxa de juros, influenciando custos de crédito e investimento, e a taxa de câmbio, afetando a competitividade das exportações brasileiras. Custos de importação e fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) também serão cuidadosamente analisados para refletir o interesse do capital estrangeiro na economia brasileira.

Os dados serão coletados de fontes confiáveis, como o World Bank, conhecido por sua expertise em pesquisas econômicas globais, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com histórico em pesquisas econômicas no Brasil, e o Banco Central do Brasil (BCB), autoridade monetária do país, garantindo a precisão e robustez da análise.

O objetivo é oferecer um panorama esclarecedor da trajetória econômica do Brasil pós-crise de 2008, não apenas analisando os indicadores, mas também revelando e discutindo as medidas de estímulo implementadas pelo governo brasileiro em resposta à crise global. Isso destacará a capacidade de resposta, visão estratégica e proatividade do Estado brasileiro diante de um cenário econômico desafiador.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, será abordado o referencial teórico da pesquisa. Inicialmente, será apresentado um panorama histórico da economia brasileira, com o objetivo de compreender as principais transformações e desafios enfrentados ao longo do tempo. Será feita uma análise dos séculos passados até o desenvolvimento econômico mais recente, destacando os momentos-chave que influenciaram o cenário econômico atual.

Posteriormente, será explorado o cenário dos investimentos internacionais no Brasil antes da crise financeira de 2008. Serão apresentados os principais setores que atraíam capital estrangeiro, bem como as políticas e iniciativas governamentais que estimulavam esses investimentos. Será dado destaque aos anos de crescimento econômico sólido e às oportunidades de negócios que o Brasil oferecia aos investidores estrangeiros nesse período.

No último tópico, será analisado em detalhes a crise financeira de 2008, que teve origem nos Estados Unidos e logo se espalhou para o resto do mundo. Discutiremos as principais causas que levaram a essa crise, bem como suas consequências e efeitos econômicos em escala global. Além disso, será constatado como outros países foram afetados e como o Brasil enfrentou esse desafio.

2.1 Breve panorama histórico da Economia brasileira

A economia brasileira tem sido um tema de grande relevância nos últimos anos, visto que o país é uma das maiores economias do mundo e possui um papel fundamental na economia global. Nesse sentido, compreender a dinâmica e os desafios enfrentados pela economia brasileira é de suma importância para analisar os efeitos das políticas governamentais e das condições econômicas globais.

A economia brasileira tem passado por diversos desafios nos últimos anos. Um deles é a instabilidade política, que pode afetar a confiança dos investidores e a capacidade do governo de implementar políticas econômicas consistentes e efetivas. Além disso, o Brasil enfrenta questões estruturais que limitam seu potencial de crescimento econômico, como a falta de investimentos em infraestrutura e a baixa produtividade.

Outro grande desafio para a economia brasileira é o elevado nível de desigualdade social e econômica. Apesar de ser uma economia de grande porte, o Brasil possui uma das maiores desigualdades de renda do mundo, o que pode gerar instabilidade social e afetar negativamente o crescimento econômico no longo prazo.

O modelo primário-exportador foi o principal modelo econômico do Brasil durante a maior parte do período colonial e do Império. O modelo consistia em produzir e exportar matérias-primas, como açúcar, café, cacau e borracha, para os mercados europeus e norte-americanos em troca de manufaturados. Esse modelo econômico foi baseado na exploração dos recursos naturais do Brasil e na utilização da mão de obra escrava (CUNHA et al., 2017).

De acordo com Cunha et al. (2017), o modelo primário-exportador teve um papel importante na formação da economia brasileira e na construção do Estado brasileiro. No entanto, o modelo também teve seus problemas, como a dependência em relação aos mercados internacionais, a falta de diversificação da economia e a desigualdade social.

Além dos problemas mencionados, o modelo primário-exportador também contribuiu para a manutenção de um sistema de latifúndio, em que grandes extensões de terra eram controladas por poucos proprietários, impedindo a distribuição de terra e a criação de uma classe de pequenos produtores rurais. Além disso, a exploração dos recursos naturais brasileiros sem planejamento adequado levou à degradação ambiental em várias partes do país (PINTO, 2012).

Com o passar do tempo, o modelo primário-exportador mostrou-se insuficiente para atender às demandas de uma economia em desenvolvimento, o que levou à necessidade de buscar novas formas de desenvolvimento econômico. No início do século XX, com a criação da indústria de base no Brasil, o país passou a produzir seus próprios bens manufaturados, reduzindo a dependência em relação aos mercados internacionais e diversificando sua economia (MORAIS; SAAD FILHO, 2018).

Ainda assim, a herança do modelo primário-exportador ainda é sentida na atualidade, especialmente no que diz respeito à concentração de terras e à desigualdade social. A busca por um desenvolvimento econômico mais sustentável e inclusivo é um desafio que o Brasil enfrenta até os dias de hoje (ROSSETTI, 2003).

A substituição de importações foi uma política econômica adotada pelo Brasil na década de 1930, com o objetivo de desenvolver a indústria nacional e reduzir a dependência em relação aos mercados internacionais. A política consistia em substituir as importações de bens manufaturados por produção nacional, através de incentivos fiscais e proteção tarifária (BRITO, 2004).

A substituição de importações foi um sucesso inicial, permitindo o desenvolvimento da indústria brasileira e a criação de empregos. No entanto, a política também teve seus problemas, como a baixa qualidade dos produtos nacionais, a falta de competitividade internacional e a dependência de insumos importados (BRITO, 2004).

Além disso, a substituição de importações acabou gerando uma série de distorções na economia brasileira, como a concentração de renda e poder nas mãos de grandes grupos econômicos, a elevação do custo de vida para a população de baixa renda e a falta de investimentos em setores importantes para o desenvolvimento do país, como a agricultura e a infraestrutura (LANZANA, 2002).

Lanzana (2002) complementa ao afirmar que ao longo das décadas seguintes, o Brasil tentou adotar outras políticas econômicas para superar esses problemas, como a abertura comercial, a desregulamentação e a privatização. No entanto, muitos dos desafios econômicos e sociais ainda persistem e são motivo de debate e reflexão na atualidade.

O milagre brasileiro foi um período de rápido crescimento econômico ocorrido no Brasil durante a década de 1970. O período foi caracterizado por altas taxas de crescimento do PIB, baixo desemprego e aumento da renda per capita. O milagre brasileiro foi impulsionado por investimentos em infraestrutura, como estradas, hidrelétricas e telecomunicações, além de um grande aumento das exportações. O milagre brasileiro foi um sucesso econômico, mas também teve seus problemas, como a falta de distribuição de renda e a dependência em relação ao capital internacional (OLIVEIRA, 2005).

Além dos problemas mencionados, o milagre brasileiro também enfrentou dificuldades no campo político. Durante o período, o país estava sob a ditadura militar, o que gerou uma série de violações aos direitos humanos, censura à imprensa e repressão política. A economia, por sua vez, foi marcada pelo aumento

da dívida externa e pelo início de um processo de inflação, que se agravaria nas décadas seguintes (OLIVEIRA, 2005).

Apesar desses problemas, o milagre brasileiro representou um importante marco na história econômica do país, especialmente por ter permitido que o Brasil se tornasse uma potência industrial e agrícola na América Latina. O período também foi responsável por impulsionar a modernização da economia brasileira e por criar um ambiente mais favorável para a atração de investimentos estrangeiros (CARNEIRO, 2011).

No entanto, é importante destacar que os efeitos do milagre brasileiro não foram sentidos de maneira uniforme em todo o país. Regiões como o Nordeste e o Norte, por exemplo, continuaram enfrentando graves problemas econômicos e sociais. Ainda hoje, o Brasil enfrenta desafios significativos no que se refere à desigualdade social, à pobreza e ao acesso a serviços básicos, como saúde e educação (BRITO, 2004).

As décadas de 80 e 90 foram marcadas por várias crises econômicas no Brasil. A primeira grande crise ocorreu em 1982, quando o país entrou em default da dívida externa. A crise levou a um período de inflação alta e instabilidade econômica. A década de 90 foi marcada por várias tentativas de estabilização econômica, como o Plano Collor e o Plano Real (ANTUNES, 2001).

O Plano Collor, lançado em 1990, teve como objetivo combater a inflação através de medidas como o confisco de ativos financeiros e a abertura comercial. O plano foi mal-recebido pela população e acabou levando a uma grande recessão econômica (ELEGANCIA, 2013).

O Plano Real, lançado em 1994, teve como objetivo estabilizar a economia e controlar a inflação através da adoção de uma nova moeda, o Real. O plano foi um sucesso, levando a uma estabilização da economia e a um período de crescimento econômico (COSTA, 2010).

No final dos anos 90, o Brasil enfrentou uma série de crises financeiras internacionais, como a crise asiática em 1997 e a crise russa em 1998, que impactaram negativamente a economia brasileira, levando a uma desvalorização do Real e a uma recessão econômica. No entanto, a partir dos anos 2000, o país começou a mostrar sinais de recuperação, impulsionado por uma combinação de

políticas macroeconômicas sólidas, aumento das exportações e crescimento do consumo interno (GODOY, 2011).

Durante a década de 2000, o Brasil se beneficiou do boom das commodities, com o aumento dos preços internacionais de produtos como soja, minério de ferro e petróleo, o que contribuiu significativamente para o superávit comercial do país (FERREIRA, 2018). Além disso, políticas sociais implementadas durante os governos, como o programa Bolsa Família, em que buscaram reduzir os níveis de pobreza e desigualdade no país, estimulando o consumo das classes mais baixas.

No entanto, a partir de 2011, a economia brasileira começou a desacelerar, enfrentando desafios como a queda dos preços das commodities, o aumento da inflação e a diminuição do investimento estrangeiro. Posteriormente, a recessão econômica iniciada em 2014 e a crise política que se seguiu tiveram um efeito significativo na economia brasileira (BELLUZZO; ALMEIDA, 2017).

A economia brasileira, ao longo dos anos, tem apresentado variações significativas em seu desempenho. Em 2019, o país viu um crescimento de 1,1% no PIB, impulsionado principalmente pelos setores de serviços e indústria. No entanto, 2020 foi marcado por uma retração de 4,1% devido aos impactos da pandemia de COVID-19 (QUINZANI, 2021).

Em 2021, houve uma recuperação, com o PIB crescendo 4,6%, alcançando um valor total de R$ 8,7 trilhões. Os setores industrial e de serviços foram os principais propulsores desse crescimento, enquanto o setor agropecuário sofreu uma pequena retração. Os investimentos e a poupança também mostraram variações, representando 19,2% e 17,4% do PIB, respectivamente (IBGE, 2022).

Em 2022, o PIB brasileiro cresceu novamente, desta vez em 2,9%, atingindo R$ 9,9 trilhões. Os setores de serviços e industrial continuaram a crescer, mas o setor agropecuário apresentou uma retração. Os investimentos e a poupança tiveram ligeiras variações em relação ao ano anterior (IBGE, 2023).

No entanto, é fundamental entender que a economia brasileira não é homogênea. O Brasil, devido à sua vasta extensão territorial, possui uma rica diversidade de recursos naturais e atividades econômicas. Esta diversidade, por sua vez, resulta em uma variedade de atividades econômicas em diferentes regiões. No entanto, essa riqueza e diversidade também são acompanhadas de desigualdades regionais, com certas regiões e setores concentrando a maior parte da atividade

econômica. Esta característica da economia brasileira é essencial para compreender as variações e tendências ao longo dos anos (ABRAMOVAY, 2000).

O Sudeste é a região mais desenvolvida do país, concentrando a maior parte da atividade econômica e da população. O setor de serviços é o mais importante em termos de geração de empregos e de valor adicionado, seguido pelo setor industrial e pelo setor primário (ABRAMOVAY, 2000).

A economia brasileira é fortemente influenciada pelo capital internacional e pelas relações internacionais. O país é um importante destino para investimentos estrangeiros e tem uma participação significativa no comércio global. O capital internacional tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da economia brasileira, fornecendo recursos financeiros e tecnológicos para a expansão da atividade econômica (ROSSETTI, 2003).

As relações internacionais também são importantes para a economia brasileira, uma vez que o país é um importante player no cenário internacional. O Brasil é um dos países mais importantes do mundo em termos de recursos naturais, biodiversidade e agricultura, além de ser um líder em tecnologia e inovação em alguns setores (PINHO, 2004).

2.2 Investimentos internacionais no Brasil pré-crise 2008

Os investimentos internacionais no Brasil antes da crise de 2008 apresentavam um panorama promissor e atraente para os investidores estrangeiros. O país estava em ascensão econômica, com um crescimento estável e uma série de reformas implementadas para atrair capital estrangeiro.

Durante aquele período, o Brasil despertou o interesse de investidores estrangeiros devido ao seu potencial econômico e às oportunidades de lucro que oferecia. A estabilidade econômica do país, combinada com as reformas estruturais implementadas, criou um ambiente favorável para o investimento estrangeiro. Políticas governamentais voltadas para a abertura do mercado e a redução de burocracias também contribuíram para atrair investidores (RAPOZO, 2018).

Ademais, Paula e Pires (2017) destacam que o Brasil possuía recursos naturais abundantes e uma força de trabalho qualificada, o que tornava o país ainda mais atraente para os investidores. Setores como energia, agronegócio,

infraestrutura e tecnologia eram especialmente promissores, apresentando oportunidades de alto retorno sobre o investimento.

Os investidores internacionais encontraram no Brasil um ambiente de negócios dinâmico e diversificado. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) era um dos principais mercados emergentes do mundo, proporcionando acesso a uma variedade de empresas e setores. As privatizações e as parcerias público-privadas também estavam em ascensão, abrindo novas possibilidades de investimento (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2018).

O Brasil, com sua extensão territorial, riqueza natural e população em expansão, despertava o interesse de investidores de todo o mundo. O país era visto como um mercado em desenvolvimento, com um potencial enorme para o crescimento econômico. Sua vasta extensão territorial oferecia uma diversidade de recursos naturais, desde florestas tropicais até reservas minerais e uma ampla costa marítima. Essa abundância de recursos despertava a atenção de investidores interessados em setores como agronegócio, mineração, energia renovável e turismo (SANTOS, 2016).

Para Leite (2011), a crescente população brasileira também era um fator atraente para investidores, pois indicava um mercado consumidor em expansão. Com mais de 200 milhões de habitantes, o Brasil oferecia oportunidades de negócios em diversos setores, desde alimentos e bebidas até tecnologia e serviços financeiros. A classe média em ascensão impulsionava o consumo interno e criava demanda por produtos e serviços de qualidade.

Além desses fatores, o governo brasileiro implementava políticas de incentivo ao investimento estrangeiro. Por meio de agências governamentais como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), eram oferecidos incentivos fiscais, linhas de crédito facilitadas e programas de apoio às empresas estrangeiras interessadas em se estabelecer no país. Essas medidas visavam reduzir a burocracia, agilizar processos e garantir a segurança jurídica para os investidores (MENEZES, 2010).

O Plano Real teve efeito sobre a inflação. Outro ponto atrativo para os investidores era a estabilidade econômica que o Brasil demonstrava. Após um período de alta inflação e instabilidade nos anos 90, o país alcançou um patamar de

crescimento mais sólido e previsível. A implementação de políticas monetárias e fiscais responsáveis, juntamente com o fortalecimento do sistema financeiro, contribuiu para aumentar a confiança dos investidores na economia brasileira (TONELO, 2021).

Setores específicos também se destacavam como promissores para investimentos estrangeiros. O agronegócio, por exemplo, era reconhecido internacionalmente como um dos mais produtivos e eficientes do mundo, com capacidade de suprir a crescente demanda global por alimentos. A indústria de energia renovável também ganhava destaque, impulsionada pela matriz energética diversificada do Brasil, que incluía fontes como hidrelétrica, eólica, solar e biomassa (CAMPOS *et al*. 2019).

Os setores mais atraentes para os investidores internacionais eram, principalmente, o de commodities, como mineração e agricultura. O Brasil era conhecido por sua vasta reserva de recursos naturais, o que proporcionava oportunidades de investimento lucrativas. Empresas estrangeiras viam no país uma chance de explorar esses recursos de forma sustentável e rentável (BREMMER, 2017).

No setor de petróleo, o Brasil despontava como uma das principais fronteiras exploratórias do mundo. Com a descoberta do pré-sal na costa brasileira, o país se tornou uma referência em exploração de petróleo em águas profundas. Grandes empresas do ramo, tanto multinacionais como nacionais, investiram bilhões de dólares na extração e produção de petróleo nessa região. Além disso, o Brasil possuía uma indústria de refino e distribuição de combustíveis desenvolvida, o que garantia a demanda interna e a possibilidade de exportação (PASQUALIN, 2017).

No setor de mineração, o Brasil era reconhecido por suas riquezas minerais. O país possuía reservas significativas de minério de ferro, ouro, bauxita, nióbio e outros minerais de alto valor econômico. Empresas estrangeiras viam no Brasil a oportunidade de explorar esses recursos por meio de parcerias com empresas locais ou investindo diretamente em projetos de mineração. A demanda global por minerais e metais impulsionava o interesse dos investidores nesse setor (MILANEZ *et al*., 2013).

Em consonância com os setores já citados, Pinto (2011) aponta que o setor agrícola também se destacava como atrativo para os investidores internacionais. O

Brasil possuía uma das maiores áreas agricultáveis do mundo e era um dos principais produtores e exportadores de commodities agrícolas, como soja, milho, café, açúcar e carne bovina. A crescente demanda mundial por alimentos, aliada às condições favoráveis de clima e solo no país, criavam um ambiente propício para investimentos nesse setor. Empresas estrangeiras viam no Brasil a oportunidade de expandir sua produção agrícola, aproveitando a expertise local e os mercados internacionais.

Além dos setores de commodities, outros segmentos também atraíam investidores internacionais. O setor de infraestrutura, por exemplo, oferecia oportunidades de investimento em projetos de transporte, energia, saneamento básico e telecomunicações. O crescimento econômico e a necessidade de modernização do país impulsionavam a demanda por investimentos nessa área (FRISCHTAK; NORONHA, 2015).

O setor financeiro também recebia atenção dos investidores internacionais. Grandes bancos estrangeiros viam no Brasil um mercado em expansão, com uma classe média crescente e uma demanda por serviços financeiros cada vez maior. A entrada de instituições financeiras estrangeiras no país impulsionava a concorrência e trazia inovações para o setor (CARVALHO, 2018).

Antes do revés econômico de 2008, o mercado imobiliário brasileiro emergia como um ponto de interesse para capitais do exterior. Com a ascensão econômica do Brasil, havia um crescente interesse por propriedades, tanto residenciais quanto comerciais, propiciando um cenário propício para novos projetos imobiliários. Para investidores internacionais, esse segmento representava uma chance valiosa de rendimento.

O mercado imobiliário brasileiro apresentava um crescimento expressivo, impulsionado por fatores como a expansão da classe média, o aumento do poder de compra e a disponibilidade de crédito imobiliário. Esses elementos estimulavam a procura por imóveis, tanto para moradia quanto para investimento, e criavam uma demanda consistente por novos empreendimentos.

Nesse contexto, grandes construtoras nacionais e estrangeiras investiam na construção de condomínios residenciais, edifícios comerciais, shopping centers e empreendimentos de alto padrão. As grandes cidades brasileiras, como São Paulo,

Rio de Janeiro e Brasília, concentravam grande parte desses investimentos, devido à sua atratividade econômica e cultural (SANFELICI, 2010).

Sanfelici (2010) complementa ao afirmar que os investidores internacionais viam no mercado imobiliário brasileiro uma oportunidade de diversificar seus investimentos e obter retornos atrativos. Além disso, o Brasil era reconhecido como um país com grande potencial de valorização imobiliária, principalmente em regiões em expansão e com infraestrutura em desenvolvimento.

Outro fator que impulsionava o interesse dos investidores era a legislação favorável à aquisição de imóveis por estrangeiros no Brasil. Através da Lei nº 5.709/1971, era permitida a compra de imóveis por estrangeiros, garantindo segurança jurídica e proteção aos direitos de propriedade. Essa abertura do mercado imobiliário facilitava a entrada de investidores internacionais, contribuindo para o aquecimento do setor (BRASIL, 1971).

O segmento de imóveis comerciais também se destacava como atrativo para os investidores internacionais. Com o crescimento do mercado interno, havia uma demanda crescente por espaços comerciais, como escritórios, lojas e centros de distribuição. Empresas estrangeiras buscavam instalar suas operações no Brasil, aproveitando o potencial de consumo e as oportunidades de negócios.

Outro fator que contribuía para a atração de investimentos internacionais no Brasil pré-crise de 2008 era o programa de privatizações. O governo brasileiro estava empenhado em privatizar empresas estatais e abrir espaço para a iniciativa privada. Isso despertava o interesse de investidores estrangeiros, que viam na aquisição dessas empresas uma oportunidade única de expandir seus negócios e lucrar com a crescente economia brasileira (SOLER, 2012).

Segundo Soler (2012), o programa de privatizações tinha como objetivo promover a eficiência e a modernização das empresas estatais, além de reduzir a participação do Estado na economia. Setores estratégicos como telecomunicações, energia, transporte, siderurgia e petroquímica foram alvos desse programa, proporcionando oportunidades de investimento em áreas-chave da economia brasileira.

Investidores estrangeiros viam nas privatizações uma maneira de adquirir ativos valiosos no Brasil. As empresas estatais, embora apresentassem desafios em termos de eficiência e gestão, possuíam uma infraestrutura consolidada, uma base

de clientes estabelecida e acesso a recursos naturais. A aquisição dessas empresas permitia aos investidores internacionais expandir sua presença no mercado brasileiro de forma rápida e estratégica.

A transição das empresas estatais para a iniciativa privada também promovia um ambiente de negócios mais competitivo. Com a entrada de investidores internacionais, ocorria a transferência de conhecimento, tecnologia e boas práticas de gestão. Esses investidores traziam consigo capital, expertise e uma visão de mercado global, impulsionando a modernização e a inovação nas empresas privatizadas.

Adicionalmente, o programa de privatizações demonstrava o comprometimento do governo brasileiro com a abertura do mercado e a atração de investimentos estrangeiros. As reformas estruturais em andamento, como a desregulamentação, a simplificação tributária e a proteção dos direitos de propriedade, complementavam o ambiente favorável para os investidores (LOPES, 2011).

No período pré-crise de 2008, o Brasil vivenciou um aumento significativo nos investimentos internacionais. Esse fluxo de capital estrangeiro trouxe consigo uma série de benefícios e desafios para o país, refletindo na economia e desenvolvimento (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2018).

Um dos principais benefícios dos investimentos internacionais no Brasil foi o aumento do capital disponível para investimentos produtivos. Empresas estrangeiras trouxeram recursos financeiros significativos, que foram direcionados para a expansão de indústrias, infraestrutura e setores-chave da economia brasileira. Isso impulsionou o crescimento econômico do país, gerando empregos e estimulando o consumo interno.

Os investimentos internacionais trouxeram consigo tecnologia e conhecimento especializado. Empresas estrangeiras trouxeram suas expertise em diversos setores, como automobilístico, tecnologia da informação, energia e agronegócio. Essa transferência de *know-how* contribuiu para o avanço tecnológico do Brasil, melhorando a eficiência produtiva e elevando a competitividade das empresas brasileiras no mercado global.

Outro benefício dos investimentos internacionais foi o fortalecimento do mercado financeiro brasileiro. A entrada de capital estrangeiro impulsionou o

desenvolvimento do mercado de capitais, estimulando a criação de novos produtos financeiros e aumentando a liquidez dos mercados brasileiros. Isso tornou o Brasil um destino mais atrativo para investidores estrangeiros, o que gerou um ciclo virtuoso de aumento dos investimentos (BARTONCELLO, 2018).

Entretanto, os investimentos internacionais também trouxeram desafios para o Brasil. Um dos principais desafios foi a dependência externa. A economia brasileira se tornou mais suscetível às flutuações do mercado internacional, especialmente durante a crise financeira global de 2008. A crise afetou negativamente os fluxos de capital, levando à saída de investidores estrangeiros do Brasil e à diminuição dos investimentos diretos (XAVIER, 2010).

Outro desafio foi a concorrência com empresas estrangeiras. A entrada de empresas internacionais no Brasil muitas vezes levou à concorrência direta com empresas locais. Algumas empresas brasileiras tiveram dificuldades para competir com a expertise, tecnologia e escala das empresas estrangeiras, o que resultou em perda de participação de mercado e desafios para a sobrevivência de algumas indústrias nacionais (FERREIRA *et al*., 2018).

Os investimentos internacionais também trouxeram preocupações quanto à exploração dos recursos naturais brasileiros. Em alguns casos, houve conflitos entre interesses econômicos e preservação ambiental. A necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente foi um desafio enfrentado pelo Brasil nesse contexto (ACSELRAD *et al*., 2014).

Não obstante, mesmo com o panorama favorável, a crise financeira global de 2008 teve um efeito significativo nos investimentos internacionais no Brasil. A crise afetou negativamente os mercados financeiros em todo o mundo, provocando uma redução na confiança dos investidores e uma retração nos investimentos. O Brasil não ficou imune a essa situação e viu uma diminuição nos fluxos de capital estrangeiro.

2.3 Crise Financeira de 2008 e seus efeitos globais

A crise financeira de 2008 foi um evento marcante na história econômica mundial que teve um efeito significativo em várias partes do globo. Essa crise,

também conhecida como a crise dos *subprimes*, teve origem nos Estados Unidos, mais especificamente no setor imobiliário, e acabou se espalhando pelo mundo, resultando em uma recessão global que afetou milhões de pessoas e empresas (TONELO, 2021).

Conforme Silva (2016), em 2006, a economia norte-americana começou a mostrar sinais de desaceleração. O mercado imobiliário, por sua vez, apresentou indícios de retração. Com a elevação dos juros, houve uma diminuição na demanda por imóveis, levando a uma queda nos preços. Esse cenário resultou em inadimplência, uma vez que muitas pessoas não possuíam meios para arcar com as altas hipotecas. Diante dessa situação, as instituições financeiras ficaram desprovidas de recursos, e surgiram críticas à política de auxílio aos banqueiros por parte da sociedade e de diversos países. Diante da crise política, a Casa Branca optou por não se pronunciar, o que culminou na falência do Banco Lehman Brothers.

A queda de um dos principais bancos de crédito dos Estados Unidos gerou insegurança, levando a uma retração no mercado de crédito e intensificando a crise que teria repercussões globais. Com a diminuição do crédito internacional, os países em desenvolvimento enfrentaram restrições de financiamento. Isso resultou em uma queda nas exportações e em uma oscilação imprevisível nos preços dos produtos (TONELO, 2021).

O estopim da crise foi a bolha imobiliária nos EUA, impulsionada pela concessão irresponsável de empréstimos hipotecários de alto risco. Os bancos e instituições financeiras, ávidos por lucros, concediam empréstimos a pessoas com histórico de crédito duvidoso, sem a devida análise de risco. Esses empréstimos, conhecidos como *subprimes*, tinham taxas de juros iniciais baixas, mas que se elevavam consideravelmente após um período inicial. Quando muitos mutuários não conseguiram pagar as parcelas mensais mais altas, houve um aumento significativo nos índices de inadimplência (NYDEGGER, 2013).

Essa inadimplência generalizada nos pagamentos das hipotecas levou à desvalorização dos imóveis e, consequentemente, à queda dos preços no mercado imobiliário. Os bancos e outras instituições financeiras que possuíam esses ativos hipotecários começaram a registrar perdas significativas. Essas perdas se propagaram pelo sistema financeiro, uma vez que os bancos se tornaram mais

cautelosos em emprestar dinheiro uns aos outros, gerando uma crise de confiança e uma falta de liquidez no mercado (BUSNARDO, 2012).

Essa falta de liquidez afetou não apenas os EUA, mas também outros países ao redor do mundo. Muitas instituições financeiras estrangeiras estavam expostas a ativos tóxicos dos EUA e sofreram grandes perdas. Além disso, a crise teve um efeito dominó na economia global, pois as empresas enfrentaram dificuldades financeiras, reduziram investimentos e cortaram empregos. O comércio internacional também foi impactado, uma vez que a demanda por bens e serviços diminuiu (SILVA, 2017).

De acordo com Silva (2016), essa crise no mercado imobiliário teve consequências em cascata para o sistema financeiro como um todo. Os bancos e outras instituições financeiras haviam comprado e vendido essas hipotecas *subprime* em forma de títulos financeiros complexos, chamados de produtos estruturados. Esses produtos foram amplamente comercializados e considerados como ativos seguros, o que significa que muitos investidores confiavam neles como uma forma de investimento estável e lucrativa.

Todavia, quando a bolha imobiliária estourou, o valor desses ativos caiu drasticamente, levando a grandes perdas para as instituições financeiras que os possuíam. Essa queda no valor dos produtos estruturados foi um choque para o sistema financeiro, pois muitos bancos e instituições financeiras haviam investido pesadamente neles, confiando em sua suposta segurança (ROUBINI, 2010).

A complexidade desses produtos estruturados tornou difícil para os investidores avaliarem seu verdadeiro risco. Muitos não entendiam completamente a natureza dos títulos que estavam comprando, e os riscos associados a eles foram subestimados. Essa falta de transparência e compreensão aprofundou ainda mais a crise, uma vez que os investidores começaram a perceber que haviam adquirido ativos de baixa qualidade.

À medida que as perdas se acumularam, muitas instituições financeiras ficaram com um capital insuficiente para cobrir suas obrigações e enfrentaram dificuldades para obter financiamento no mercado interbancário. Isso resultou em um congelamento do crédito, pois os bancos se tornaram relutantes em emprestar dinheiro uns aos outros, aumentando a escassez de liquidez no sistema financeiro (METZNER; MATIAS, 2015).

A falta de confiança no sistema levou a uma crise de confiança generalizada, e os mercados financeiros entraram em pânico. As bolsas de valores despencaram, os investidores retiraram massivamente seus investimentos e muitas empresas enfrentaram dificuldades para obter financiamento para suas operações diárias. Essa turbulência nos mercados financeiros globais agravou ainda mais a recessão econômica que se seguiu (ALVES, 2015).

Como resultado, várias instituições financeiras foram à falência ou precisaram de resgates governamentais para evitar um colapso total. O governo dos Estados Unidos, por exemplo, implementou um programa de resgate conhecido como TARP (*Troubled Asset Relief Program*), que envolveu a injeção de bilhões de dólares nas instituições financeiras para estabilizar o sistema (DYMSKI, 2012).

3. METODOLOGIA

Neste estudo, a ênfase recairá sobre a análise do Investimento Direto no País (IDP) no cenário brasileiro, com uma atenção particular ao período subsequente à crise financeira global de 2008, um marco que reconfigurou diversas dinâmicas econômicas ao redor do mundo. O Brasil, como uma das maiores economias emergentes, não ficou imune aos efeitos dessa crise, e é precisamente essa interação entre o cenário global e as especificidades nacionais que este trabalho pretende explorar.

O objetivo primordial da pesquisa é decifrar as oscilações e tendências do IDP nesse contexto pós-crise. Mais do que simples números, busca-se entender como essas variações se entrelaçam com as decisões, políticas econômicas e estratégias implementadas pelo governo brasileiro.

Estas, por sua vez, foram delineadas com o intuito de não apenas recuperar os investimentos que haviam sido afetados pela crise, mas também de fortalecer e solidificar a posição do Brasil como um destino atrativo para investimentos internacionais. A análise proposta visa, portanto, lançar luz sobre os efeitos concretos dessas políticas, tanto no que tange à capacidade do Brasil de atrair investimentos quanto na manutenção de sua estabilidade econômica em um período tão conturbado.

Para que os objetivos sejam alcançados com rigor, a abordagem metodológica escolhida é de caráter qualitativo. Esta abordagem se destaca por permitir uma compreensão mais rica e nuanceada das informações, indo além de meras quantificações e adentrando nas complexidades e particularidades do fenômeno estudado.

Complementando essa abordagem, a pesquisa bibliográfica será a ferramenta principal de coleta de dados. Esta metodologia, que envolve a consulta e análise de trabalhos acadêmicos, artigos, relatórios e outras publicações relevantes, é fundamental para garantir que o estudo esteja ancorado em informações precisas, atualizadas e provenientes de fontes especializadas e reconhecidas no campo econômico. Assim, o trabalho se posicionará na intersecção entre a análise empírica e a reflexão teórica, proporcionando uma visão holística e bem fundamentada sobre o Investimento Direto no País no período pós-crise de 2008.

Será realizada uma busca criteriosa por artigos científicos, livros, relatórios de organizações internacionais como o World Bank, publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e dados do Banco Central do Brasil (BCB), além de outras publicações governamentais relevantes. Essa busca será conduzida em bases de dados acadêmicos reconhecidos, bem como em bibliotecas físicas e digitais.

A pesquisa bibliográfica, por sua natureza, permite uma exploração dos trabalhos já publicados e consolidados na literatura, oferecendo uma visão panorâmica das diversas perspectivas e teorias desenvolvidas por especialistas sobre o assunto. Com essa metodologia, será possível identificar tendências, lacunas de conhecimento e debates existentes sobre o IDP e as políticas econômicas adotadas no Brasil no período pós-crise.

Após a coleta e análise das informações, será realizada uma interpretação crítica dos dados, identificando as principais tendências do IDP no Brasil, as medidas de estímulo adotadas pelo governo brasileiro e a relevância da intervenção estatal na economia em tempos de crise.

O estudo se encerrará com uma discussão sobre os resultados obtidos, fornecendo uma visão abrangente e detalhada da trajetória econômica do Brasil no período pós-crise de 2008, e destacando a importância do papel regulador e estabilizador do governo na economia.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Indicadores Econômicos do Brasil após a crise de 2008

Conforme tratado no referencial teórico deste estudo, a crise financeira internacional de 2008 foi um período de desafios para as economias ao redor do globo, e o Brasil, integrado a esse cenário, sentiu os reflexos dessa turbulência. Contudo, o país exibiu uma capacidade de adaptação impressionante, particularmente em relação aos seus principais indicadores econômicos, como o PIB, as taxas de juros e de câmbio, além dos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro.

Através dos dados do World Bank, o fluxo de IDP desempenhou um papel fundamental para o fortalecimento financeiro do Brasil, particularmente após os desafios econômicos mundiais iniciados em 2008. O IDP, diferenciado pelo objetivo de obter participação decisiva ou influência nas empresas do território nacional, é um indicativo de confiança na solidez e no potencial do ambiente econômico do Brasil.

A análise de dados fornecidos pelo Banco Mundial indica que, na sequência da crise financeira de 2008, houve uma escalada nos volumes de IDP para o Brasil. Essa tendência positiva esteve alinhada com o fortalecimento da economia brasileira, impulsionado pelo aumento das exportações de commodities e pela estabilidade macroeconômica, fatores que fortaleceram a percepção de segurança para os investidores de fora do país.

No âmbito da infraestrutura, a Participação Privada em Infraestrutura foi essencial, acumulando um total de US$ 257,0 bilhões entre 2008 e 2017, divididos em 635 iniciativas. Esse montante sublinha a atração do setor de infraestrutura para os investidores internacionais. Notadamente, o segmento de energia elétrica destacou-se com investimentos da ordem de US$ 135,8 bilhões em 426 empreendimentos, impulsionado pela visão de um retorno consistente e pela necessidade de atualização e ampliação da estrutura energética do país.

O intervalo de tempo após a recessão global até o ano de 2014 foi marcado pela intensificação do investimento privado no setor de infraestrutura do Brasil, ultrapassando os patamares vistos durante o movimento de privatizações da década de 1990. O clima favorável para o investimento estrangeiro foi reforçado por

estratégias governamentais focadas em modernizar e expandir a infraestrutura brasileira, com o objetivo de promover o crescimento econômico contínuo e elevar a competitividade do país no cenário global.

De acordo com o relatório publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL) (2009), o Brasil destacou-se por um crescimento econômico afirmativo, apesar de estar inserido em um cenário global marcado por volatilidade e incerteza econômica. O incremento observado no PIB brasileiro foi substancialmente apoiado pela robustez do consumo interno. Este último revelou-se particularmente resistente, atuando como um pilar de estabilidade e impulsionador da atividade econômica nacional.

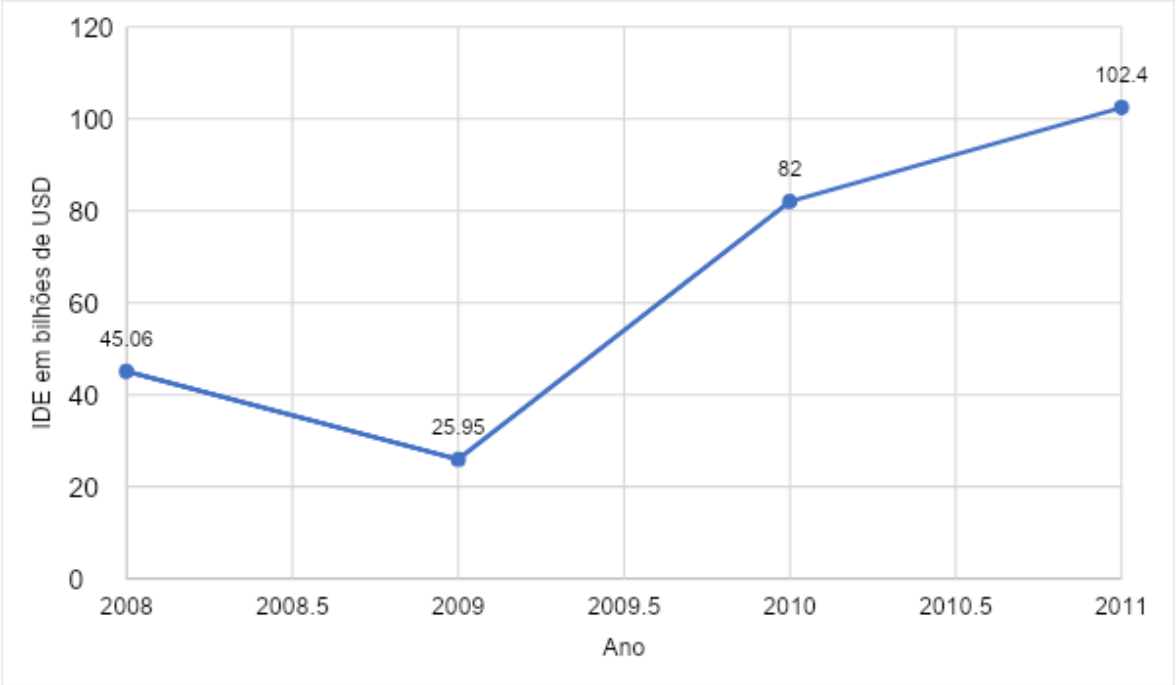
Adicionalmente, o mercado de commodities desempenhou um papel estratégico nesse cenário de expansão econômica. No decorrer de grande parte do ano de 2008, houve uma valorização considerável nos preços das commodities, fenômeno que exerceu uma influência direta e positiva sobre a economia brasileira.

A valorização das commodities não apenas reforçou o saldo comercial do Brasil, mas também estimulou o setor produtivo nacional, especialmente aqueles segmentos diretamente vinculados à exportação desses bens. A consequente injeção de capital no mercado interno, decorrente dos lucros obtidos com as exportações, foi um dos fatores que corroboraram para a resiliência do consumo interno, mesmo diante de um panorama global instável.

No decorrer do ano de 2008, a economia brasileira foi fortalecida significativamente pelo afluxo de IDE, conforme indicam os dados divulgados pela CEPAL (CEPAL, 2019).

Assim, o Gráfico 1 apresenta a evolução do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil ao longo de um período marcado por significativas flutuações econômicas globais (2008-2011). Os dados refletem a capacidade de resiliência e a atratividade do mercado brasileiro para investidores internacionais, mesmo diante de cenários adversos como a crise financeira internacional de 2008.

Gráfico 1: Fluxo de investimento direto Estrangeiro no Brasil (2008-2011)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do CEPAL.

O país não apenas testemunhou um aumento no volume de IDE, mas também estabeleceu um novo patamar histórico, com a captação de 45,06 bilhões de dólares americanos. Esse valor não somente superou as expectativas, mas também representou um crescimento de 30% em comparação com o montante de investimentos estrangeiros diretos recebidos no ano anterior (CEPAL, 2019).

Esse fenômeno não apenas evidenciou a atratividade do mercado brasileiro para investidores internacionais, mas também posicionou o Brasil como líder na atração de IDE entre os países da América Latina e Caribe. Tal posição de destaque foi alcançada em um contexto global onde predominava uma tendência de retração nos fluxos de IDE, o que torna o feito ainda mais notável.

Enquanto muitas economias enfrentavam uma escassez de novos investimentos estrangeiros devido a uma conjuntura econômica global desfavorável, a região latino-americana e caribenha conseguiu contrariar essa corrente, registrando um aumento de 9% na recepção de IDE. A resiliência e o potencial de crescimento demonstrados pelo Brasil, assim destacados pela CEPAL em seu relatório de 2009, refletem a confiança dos investidores na estabilidade e nas perspectivas de longo prazo da economia brasileira.

Segundo o relatório da CEPAL (2009), os aportes financeiros oriundos dos Estados Unidos sobressaíram-se, alcançando a cifra de aproximadamente 7 bilhões de dólares americanos. Este volume de investimentos reflete uma confiança substancial na robustez e capacidade da economia brasileira de navegar por períodos de instabilidade econômica global. Observou-se uma concentração de investimentos primordialmente nos segmentos de recursos naturais e manufatura, seguidos pelo setor de serviços, com investimentos nos dois primeiros atingindo patamares sem precedentes.

Dados emanados pelo Banco Central do Brasil – BCB (2008) indicam que a paridade cambial do real frente a outras divisas internacionais foi positivamente influenciada pelo ingresso de IDE e pela apreciação cambial registrada até setembro de 2008. Tal fenômeno contribuiu para a ampliação da lucratividade das corporações internacionais atuantes no território brasileiro, culminando em um incremento nas remessas de lucros para suas matrizes.

Contudo, a crise econômica global da época exacerbou a volatilidade dos mercados, aumentando a incerteza e a percepção de risco por parte dos investidores. Como resultado, houve uma retração no volume de IDE em escala mundial, influenciada principalmente pela revisão para baixo das projeções de crescimento econômico e pelos obstáculos no acesso a financiamentos externos (BCB, 2008).

No exercício de 2009, observou-se uma contração notável no volume de IDE destinado à região da América Latina e Caribe, registrando-se uma redução de 42% em comparação com o ano de 2008. Especificamente no Brasil, a atração de IDE não foi imune a essa tendência decrescente, evidenciando uma queda de 42,4%, correspondendo a um montante de 25,95 bilhões de dólares americanos (CEPAL, 2009).

A diminuição do investimento foi particularmente pronunciada nos setores primário e de serviços, destacando-se uma contração acentuada nos aportes destinados aos serviços financeiros, à construção civil e ao setor imobiliário, conforme apontado pela CEPAL em 2009.

Em contrapartida, e apesar do contexto de retração generalizada, o setor de manufaturas no Brasil apresentou sinais de crescimento, sugerindo uma recuperação econômica setorial e a preservação do interesse por parte de

investidores internacionais em áreas específicas da economia brasileira (CEPAL, 2009).

Ademais, a CEPAL em 2009 destacou a expansão da internacionalização das empresas brasileiras, que se manifestou por meio de um incremento significativo de 189% na exportação de IDE pelo Brasil em relação ao ano precedente, totalizando 20,5 bilhões de dólares americanos em 2008. Esse movimento reflete uma estratégia de diversificação e a busca por novos mercados por parte das corporações brasileiras, indicando uma postura proativa frente aos desafios impostos pelo cenário econômico global.

No ano de 2010, o Brasil experimentou uma recuperação expressiva no que tange à atração de IDE registrando um ingresso de 82 bilhões de dólares americanos. Este valor representa um incremento de 217,5% em relação ao ano anterior. Tal fenômeno pode ser atribuído à melhoria do cenário econômico internacional, caracterizado pela retomada do crescimento econômico, e ao aumento da demanda por parte das economias em desenvolvimento. Adicionalmente, a robusta demanda doméstica observada nos países latino-americanos contribuiu significativamente para este cenário positivo, conforme análise divulgada pela CEPAL (2011).

Conforme relatório da CEPAL (2012), o Brasil manteve uma trajetória ascendente na captação de IDE durante o ano de 2011. O país registrou um ingresso de 102,4 bilhões de dólares americanos em IDE, o que representa um incremento de 24,3% em comparação com os fluxos de investimento do ano precedente. Este aumento reflete uma reestruturação na alocação setorial dos investimentos estrangeiros diretos, com uma notável redução na participação do setor de recursos naturais e um aumento significativo nos aportes destinados aos setores de serviços e manufatura.

Neste período, observou-se que a Europa emergiu como a principal origem dos investimentos direcionados ao Brasil, superando outras regiões em termos de volume de capital investido. Além disso, empresas asiáticas, com destaque para as japonesas, consolidaram-se como fontes relevantes de IDE demonstrando o interesse e a confiança no potencial de mercado e no ambiente econômico brasileiro.

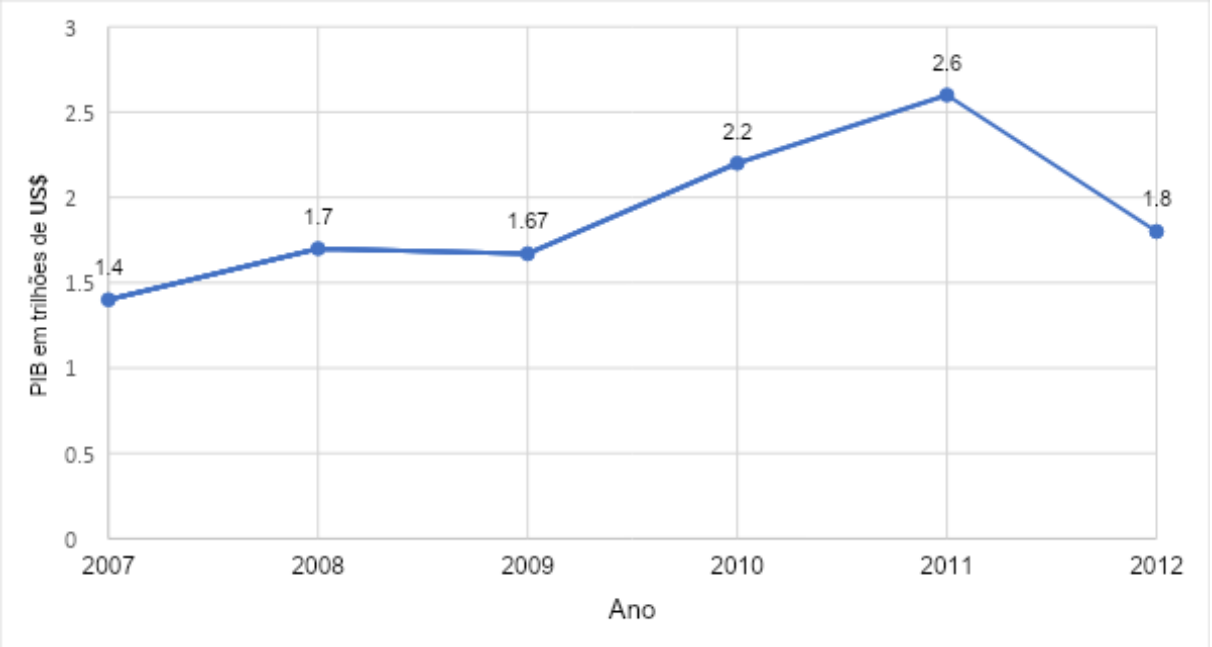
Em contrapartida, durante o ano de 2011, o fluxo de saída de IDE oriundo da região da América Latina e Caribe registrou uma contração de 73%, segundo dados da CEPAL (2011). No caso específico do Brasil, o balanço de IDE foi negativo, marcando um déficit de 3,5 bilhões de dólares americanos. Este resultado reflete uma série de desinvestimentos e transferências de capitais que foram direcionados para financiar operações internas no contexto de uma conjuntura recessiva.

Os movimentos de IDE, tanto ingressantes quanto egressos, sublinham a dinâmica econômica do Brasil no contexto subsequente à crise financeira global de 2008. Estes indicadores são representativos não apenas da capacidade de recuperação econômica do país, mas também de sua crescente integração com a economia mundial e da confiança depositada pelos investidores internacionais na estabilidade econômica brasileira.

Nesse período, a política de taxas de juros, como instrumento vital da política monetária, teve um papel preponderante na atração de investimentos estrangeiros, bem como na preservação da estabilidade macroeconômica do Brasil. Assim, após a crise de 2008, o Brasil mostrou uma notável habilidade em atrair IDE, se adaptar às oscilações econômicas globais e sustentar um crescimento econômico estável, apesar dos desafios de um ambiente internacional volátil.

No que se refere ao indicador econômico PIB, após a crise financeira global de 2008, demonstrou uma trajetória de altos e baixos, refletindo a complexidade do cenário econômico e as respostas políticas e estruturais do país a eventos internos e externos, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução do PIB brasileiro (2007-2012)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do BCB e World Bank.

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, durante o ano de 2008, a economia brasileira apresentou um PIB de 1,7 trilhões de dólares. Este valor representa um acréscimo significativo de 21,4% em relação ao ano fiscal de 2007. Tal incremento no PIB é indicativo de uma economia que demonstrou notável resiliência e capacidade de crescimento, mesmo diante de um cenário econômico global marcado por incertezas e desafios, decorrentes, em grande parte, da crise financeira internacional que se desdobrava naquele período (WORLD BANK, 2023).

O crescimento econômico observado no Brasil naquele ano foi, em grande medida, sustentado pelo aumento do consumo interno. Este fator, por sua vez, foi robustecido pelo incremento nos investimentos realizados no país, os quais foram efetivados antes da crise financeira atingir seu ápice no cenário global. A antecipação dos investimentos reflete uma estratégia proativa por parte dos agentes econômicos nacionais, que contribuiu para a mitigação dos efeitos posteriores da crise.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2008), a expansão econômica foi abrangente, estendendo-se por todos os setores da economia brasileira. No setor primário, a agricultura apresentou um crescimento de 5,8%, um indicativo da robustez e da importância do agronegócio para a economia do país. No

setor secundário, a indústria teve um aumento de 4,3%, refletindo a diversificação e a complexidade do parque industrial brasileiro. Já o setor terciário, composto pelos serviços, registrou um crescimento de 4,8%, o que pode ser interpretado como um sinal da crescente demanda por serviços e da expansão do consumo doméstico.

Esses dados coletivos sugerem que a economia brasileira, no ano de 2008, não apenas se manteve firme frente às adversidades externas, mas também capitalizou internamente através de uma distribuição equilibrada de crescimento entre os diversos setores econômicos. A interação entre os setores primário, secundário e terciário demonstra uma sinergia econômica que foi fundamental para o fortalecimento do PIB naquele ano.

No ano subsequente, 2009, a economia brasileira enfrentou uma contração de 1,7% em seu Produto Interno Bruto, que regrediu para a cifra de 1,67 trilhões de dólares. Este fenômeno refletiu as repercussões diretas da crise financeira global, que se manifestou com intensidade no tecido econômico do país. A análise desse período revela que os setores agrícola e industrial foram particularmente afetados, evidenciando retrações de 5,2% e 5,5%, respectivamente. Esses números indicam uma sensibilidade destes setores às flutuações do mercado internacional e às perturbações na demanda e nos preços das commodities (WORLD BANK, 2023).

Contrastando com o desempenho destes setores, Conforme Banco Central do Brasil (2009), o setor de serviços do Brasil demonstrou uma resiliência relativa, registrando um crescimento de 2,6%. Tal expansão pode ser atribuída, em parte, à recuperação do consumo interno, que serviu como um amortecedor contra as adversidades externas. O consumo das famílias brasileiras, em particular, desempenhou um papel crucial na sustentação da economia, com um aumento de 4,1%. Este incremento no consumo doméstico pode ser interpretado como resultado de políticas de estímulo econômico, bem como da manutenção do poder de compra da população em meio à crise.

De maneira similar, os gastos governamentais também contribuíram positivamente para a economia, apresentando um aumento de 3,7%. Este comportamento fiscal pode ser compreendido como uma tentativa de contraciclo, onde o governo busca atenuar os efeitos da recessão por meio do aumento dos gastos públicos, visando estimular a atividade econômica (BCB, 2009).

No entanto, é importante notar que o setor de investimentos não acompanhou a tendência de manutenção ou crescimento observada no consumo das famílias e nos gastos governamentais. Pelo contrário, houve um decréscimo significativo de 9,9% nos investimentos. Este declínio nos investimentos reflete a incerteza econômica do período, que provavelmente restringiu a confiança dos investidores e, por consequência, a entrada de novos capitais no país, afetando negativamente a capacidade de expansão e modernização das estruturas produtivas nacionais.

No exercício fiscal de 2010, segundo dados do World Bank (2023), o PIB do Brasil exibiu uma recuperação econômica expressiva, com um incremento de 32,5%, atingindo o patamar de 2,2 trilhões de dólares. Este crescimento acentuado foi predominantemente impulsionado pelo setor industrial, que desempenhou um papel central na retomada da atividade econômica. A indústria, com sua capacidade de gerar empregos e inovação tecnológica, contribuiu significativamente para o aumento da produção e do PIB.

Paralelamente, observou-se um aumento considerável nos investimentos, que são fundamentais para a expansão da capacidade produtiva e para o desenvolvimento sustentável a longo prazo. O consumo das famílias também registrou um crescimento robusto, refletindo um cenário de maior confiança econômica e poder de compra, o que, por sua vez, estimula a produção e o comércio internos (WORLD BANK, 2023).

Em 2011, o World Bank (2023) destaca que a economia brasileira alcançou o ponto mais alto deste ciclo de crescimento, com o PIB chegando a 2,6 trilhões de dólares. Esse aumento de 18,4% em relação ao ano anterior pode ser atribuído a uma conjuntura favorável de fatores internos e externos, que proporcionaram um ambiente econômico propício ao investimento e ao consumo.

Não obstante, após o ápice de 2011, o Brasil enfrentou uma desaceleração econômica, com variações mais modestas no PIB. Essa tendência culminou em 2012 com uma retração significativa de 26,6%, levando o PIB a regredir para 1,8 trilhão de dólares. Esse declínio acentuado pode ser associado a uma série de fatores, incluindo a diminuição dos investimentos e a redução no consumo por parte das famílias e do governo (WORLD BANK, 2023).

Tal cenário sugere uma contração na atividade econômica, que pode ser decorrente de incertezas político-econômicas, redução na demanda externa,

volatilidade nos mercados financeiros, entre outros fatores que influenciam negativamente tanto a confiança dos investidores quanto o comportamento dos consumidores.

No contexto do IDE em relação ao PIB do Brasil, o ano de 2008 registrou uma participação de 3,0% do IDE no PIB, o que representou uma ligeira redução quando comparado ao ano de 2007. Esta diminuição pode ser interpretada como um indicativo das primeiras respostas dos investidores internacionais às incertezas geradas pelo início da crise financeira global, que começou a se manifestar no final de 2007 e se aprofundou em 2008 (WORLD BANK, 2023).

Segundo o mesmo relatório, nos anos subsequentes, especificamente em 2009 e 2020, as proporções do IDE em relação ao PIB brasileiro seguiram uma tendência de declínio, refletindo as oscilações dos valores absolutos de investimento. Estas reduções acentuadas podem ser atribuídas a uma série de fatores, incluindo a persistência de um ambiente econômico global instável, a volatilidade dos mercados financeiros e as mudanças nas políticas econômicas que podem ter afetado a percepção de risco e a atratividade do Brasil para os investidores estrangeiros.

Além disso, a saída de IDE do Brasil acompanhou essa tendência de instabilidade, com um aumento registrado em 2008, possivelmente como resultado de uma estratégia de realocação de ativos por parte de investidores em resposta à crise. No entanto, nos anos que se seguiram, observou-se quedas expressivas na saída de IDE, o que pode ser interpretado como uma retração na repatriação de lucros e na desinvestimento por parte de empresas estrangeiras, em linha com a diminuição dos fluxos de entrada de IDE e com o próprio desempenho da economia brasileira.

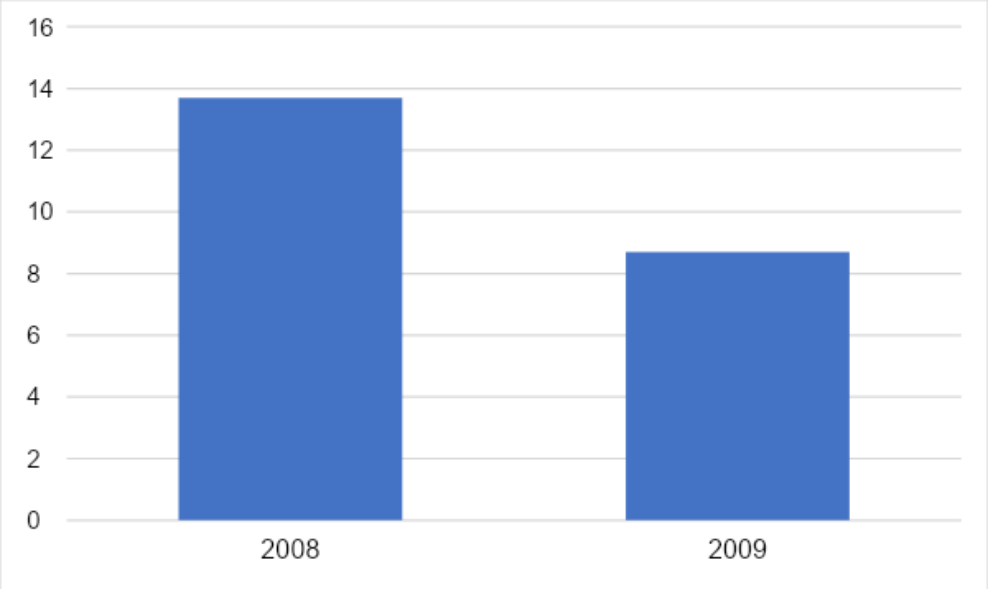
Essas flutuações no IDE são um componente relevante na análise macroeconômica, pois o investimento estrangeiro direto é um importante vetor de transferência de tecnologia, de geração de empregos e de integração no comércio internacional. Portanto, a compreensão dessas dinâmicas é essencial para avaliar a posição do Brasil no cenário econômico globalizado e para formular políticas que visem fortalecer a capacidade do país de atrair e manter investimentos estrangeiros produtivos, que são fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável.

Outros importantes indicadores econômicos são a taxa de juros e a taxa de câmbio. A remuneração do capital ao longo de um intervalo de tempo no Brasil é representada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), que atua como referência para as demais taxas de juros no mercado nacional. Essa taxa é um indicador do custo do dinheiro emprestado ou do rendimento de títulos de crédito, usualmente apresentada como um percentual anual, e tem a função de compensar o capital cedido temporariamente. Garcia e Didier (2012) elucidam que essa taxa é o percentual aplicado sobre empréstimos ou títulos de crédito, tanto para cobrança quanto para remuneração.

Conforme o Gráfico 3, no contexto pós-crise financeira de 2008, foi registrado um incremento na taxa de juros homônima, alcançando 13,7%. Este aumento representa uma elevação considerável quando cotejado com os patamares anteriores, refletindo uma postura restritiva adotada pelo BCB em resposta às pressões inflacionárias e à volatilidade dos fluxos de capital, típicos do período pós-crise (BCB, 2023).

No ano subsequente, 2009, observou-se uma reversão dessa política, com a taxa Selic decrescendo para 8,7%. Tal movimento foi uma clara manifestação das estratégias implementadas pelo Banco Central do Brasil com o intuito de estimular a atividade econômica. A redução dos custos de financiamento, por meio do abrandamento da taxa Selic, visava a incentivar o investimento e o consumo, componentes vitais para a recuperação econômica (BCB, 2023).

Gráfico 3: Taxa Selic (%)



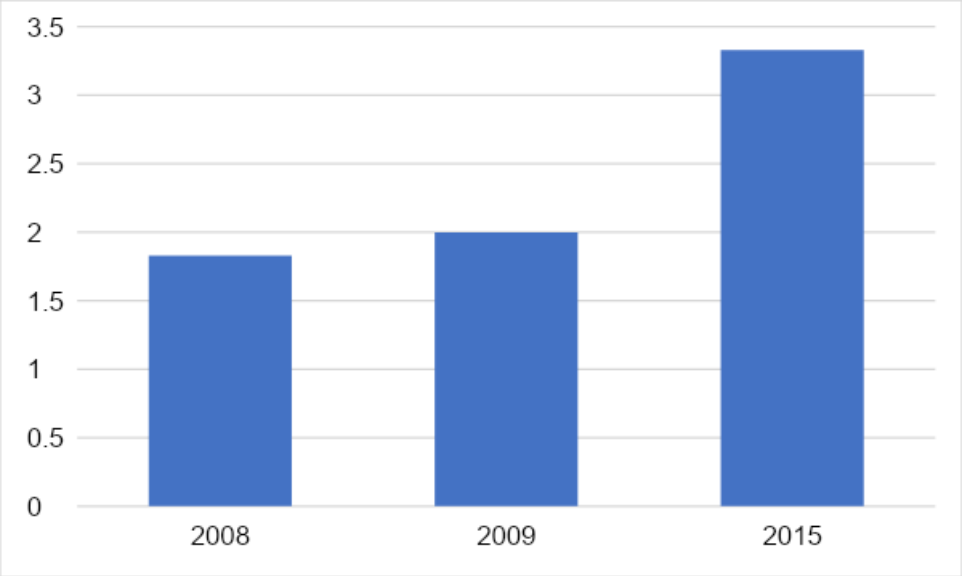
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do BCB.

Nos anos que se seguiram, a taxa Selic experimentou uma série de flutuações, as quais são indicativas dos contínuos ajustes da política monetária efetuados pelo Banco Central. Essas oscilações refletem as tentativas de calibrar o nível da taxa de juros de modo a responder eficazmente às mudanças nas condições econômicas, tanto no âmbito doméstico quanto no cenário internacional. O BCB, portanto, buscou equilibrar o controle da inflação — mantendo-a dentro das metas estabelecidas — e o estímulo ao crescimento econômico, em um ambiente de incertezas e desafios econômicos que se desdobraram após a crise financeira global.

Por outro lado, a taxa de câmbio representa o valor de uma moeda estrangeira em termos da moeda nacional. Esse valor, que pode ser expresso em unidades ou frações da moeda doméstica, é moldado pela oferta e demanda de divisas e pode ser afetado por elementos econômicos, políticos e especulativos, conforme explicam Farh e Cintra (2022). No Brasil, a taxa de câmbio é flutuante, o que implica que o preço do Real em relação a outras moedas, como o Dólar ou o Euro, é determinado pelo mercado, sem fixação governamental ou do Banco Central.

No Gráfico 4 é apresentado os dados de 2008, 2009 e 2015 de acordo com o IPEA (2023).

Gráfico 4: Evolução da Taxa de Câmbio



Fonte: IPEA (2023).

A análise temporal da taxa de câmbio entre o Real brasileiro e o Dólar americano, conforme ilustrado no Gráfico 4, revela uma flutuação significativa durante o intervalo temporal especificado. No ano de 2008, observou-se uma redução de 5,8% na taxa de câmbio anual, estabelecendo-se em R$ 1,83 por Dólar. Este movimento descendente pode ser interpretado como um fortalecimento relativo da moeda nacional frente à moeda estrangeira.

Todavia, o cenário econômico global sofreu um abalo em 2009 devido à crise financeira internacional, o que repercutiu diretamente na economia brasileira e, por consequência, na sua moeda. Como resultado, o Real sofreu uma desvalorização, resultando em um incremento na taxa de câmbio para R$ 2,00 por Dólar, o que corresponde a um acréscimo de 8,9%. Este fenômeno reflete a perda de confiança dos investidores e a fuga de capitais, comuns em períodos de instabilidade financeira.

Nos dois anos subsequentes, a moeda brasileira apresentou uma recuperação, evidenciada por uma diminuição na taxa de câmbio. Este período foi marcado por uma série de políticas econômicas internas que visavam a estabilização e o fortalecimento do Real frente a outras moedas.

Contudo, o período de cinco anos que se seguiu foi caracterizado por elevações consecutivas na taxa de câmbio. Este fenômeno pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo políticas econômicas internas, o ambiente econômico global e a percepção de risco associada à economia brasileira. A elevação mais notável ocorreu em 2015, quando a taxa de câmbio sofreu um aumento de 41,6%, culminando em um valor de R$ 3,33 por Dólar. Tal aumento expressivo pode ser associado a crises políticas internas, desequilíbrios fiscais e a deterioração das contas públicas, que afetaram negativamente a confiança na economia brasileira e, por extensão, na sua moeda.

Analisando a evolução da taxa de câmbio do Real frente ao Dólar americano no período em questão no Gráfico 4, em 2008, registrou-se uma diminuição de 5,8%, com a taxa anual marcando R$ 1,83. Em 2009, impactado pela crise financeira, o Real desvalorizou-se, elevando a taxa de câmbio para R$ 2,00, o que significou um aumento de 8,9% (IPEA, 2023).

Conforme apontado pelo IPEA (2023), nos dois anos seguintes, a moeda nacional recuperou valor, com decréscimos na taxa de câmbio. Contudo, nos cinco anos subsequentes, houve elevações consecutivas, sendo a mais significativa em 2015, com um salto de 41,6%, fechando o câmbio em R$ 3,33.

4.2 Análise das medidas de estímulo do governo brasileiro durante a crise de 2008 e a importância da intervenção estatal

As políticas governamentais para estimular os investimentos internacionais após a crise de 2008 foram fundamentais para reverter a redução dos investimentos e impulsionar o crescimento econômico em diversas nações, incluindo o Brasil. A crise financeira global de 2008 teve um impacto significativo nas economias ao redor do mundo, levando a uma desaceleração dos investimentos e ao aumento da incerteza nos mercados. Nesse contexto, os governos tiveram que adotar medidas eficazes para atrair investidores estrangeiros e fortalecer suas economias (Quadro 1).

Quadro 1: Políticas governamentais

Política	Descrição
Incentivos fiscais	Oferecer redução ou isenção de impostos sobre lucros, dividendos ou investimentos realizados por empresas estrangeiras, visando atrair capital externo e fomentar o crescimento econômico.
Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)	Criar áreas delimitadas com regulamentações específicas, onde empresas estrangeiras podem operar com facilidades aduaneiras, tributárias e trabalhistas, buscando impulsionar a atividade econômica regional e internacional.
Facilitação de procedimentos	Simplificar e agilizar os trâmites burocráticos para empresas estrangeiras estabelecerem-se no país, incluindo processos de licenciamento, registro e obtenção de autorizações.
Acordos bilaterais e multilaterais	Fomentar acordos de livre comércio e de proteção ao investimento com outros países, criando um ambiente seguro e favorável para os investidores internacionais.
Estabilidade política e jurídica	Garantir um ambiente político e jurídico estável, com regras claras e estáveis para os investidores estrangeiros, reduzindo riscos e incertezas.
Investimento em infraestrutura	Promover o desenvolvimento de infraestrutura de qualidade, como portos, estradas, energia e telecomunicações, para criar um ambiente atraente para os investimentos internacionais.

Capacitação da mão de obra	Investir em programas de educação e capacitação profissional para formar uma mão de obra qualificada e competitiva, tornando o país mais atrativo para investimentos em setores intensivos em tecnologia e conhecimento.
Proteção da propriedade intelectual	Fortalecer a legislação e a aplicação das leis de proteção à propriedade intelectual, assegurando que os investimentos em inovação e tecnologia estejam protegidos de violações e cópias não autorizadas.
Promoção internacional	Realizar campanhas de marketing e eventos de promoção em âmbito internacional para atrair investidores, destacando as vantagens competitivas do país e as oportunidades de negócio.
Parcerias público-privadas	Estabelecer parcerias entre o setor público e o privado para desenvolver projetos de interesse mútuo, incentivando a participação de investidores estrangeiros em projetos de infraestrutura, saúde, educação, entre outros setores.

Fonte: Autoria própria (2023). Elaborado a partir da compilação dos estudos incluídos.

No contexto do Brasil, o governo empreendeu uma série de políticas com o intuito de fomentar um ambiente favorável aos investimentos internacionais, buscando impulsionar a economia e promover o desenvolvimento do país. Entre as diversas medidas adotadas, uma das mais relevantes foi a iniciativa de simplificar e modernizar as regulamentações concernentes ao investimento estrangeiro direto (IED). Através dessa estratégia, o objetivo primordial foi reduzir a burocracia excessiva e criar normas mais claras e estáveis, com o propósito de atrair a atenção e a confiança dos investidores estrangeiros (DESIDERÁ NETO, 2018).

Ao agilizar os trâmites e tornar os procedimentos mais transparentes, o Brasil passou a se posicionar de maneira mais competitiva no cenário internacional. O país deixou de ser visto como uma opção de investimento em potencial inacessível, com barreiras burocráticas onerosas, e se converteu em um destino um pouco mais atrativo e seguro para alocar recursos financeiros. Essa mudança de perspectiva não apenas elevou a confiança dos investidores estrangeiros, mas também abriu portas para um aumento substancial no fluxo de capital estrangeiro para o Brasil.

A adoção dessas medidas resultou em uma melhoria na atração de investimentos estrangeiros em setores estratégicos da economia brasileira. Empresas internacionais, ao perceberem a melhoria do ambiente regulatório e a previsibilidade do cenário de investimento, passaram a identificar oportunidades promissoras no país. Esse movimento foi especialmente relevante para o desenvolvimento de indústrias-chave, como o setor de infraestrutura, energia, tecnologia e agronegócio.

Após a crise de 2008, o governo brasileiro adotou outra estratégia importante para estimular os investimentos internacionais, implementando incentivos fiscais e tributários que visavam atrair capital estrangeiro e promover o crescimento econômico do país. Essas medidas foram fundamentais para tornar o Brasil mais competitivo em relação a outras economias emergentes e ampliar as oportunidades de negócios para investidores estrangeiros (ASSUNÇÃO, 2011).

Ao reduzir a carga tributária sobre os investimentos produtivos, o governo brasileiro proporcionou um ambiente mais atrativo e favorável para o capital estrangeiro. A redução dos encargos fiscais diminuiu os custos de operação das empresas internacionais no país, tornando os investimentos mais rentáveis e viáveis. Essa política incentivou a entrada de novos investidores, bem como estimulou o aumento dos aportes por parte dos investidores já estabelecidos no Brasil.

Os incentivos fiscais também contribuíram para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia brasileira. Ao direcionar esses incentivos para indústrias e segmentos considerados prioritários, o governo estimulou o crescimento de áreas-chave, como tecnologia, inovação, energia renovável e agronegócio. Essa estratégia visava fortalecer as capacidades produtivas do país, aumentar a competitividade e ampliar a participação brasileira nos mercados internacionais.

A criação de programas de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões foi uma medida visionária adotada pelo governo brasileiro para atrair investimentos em infraestrutura. Com um cenário favorável e mais atrativo para o investimento privado, o Brasil pôde viabilizar projetos de grande envergadura, como a construção e modernização de estradas, portos, aeroportos e usinas de energia. Esses investimentos em infraestrutura foram cruciais para impulsionar a economia nacional e melhorar a logística e a conectividade interna, o que beneficiou toda a cadeia produtiva do país (SCHAPPO, 2008).

As PPPs e concessões também permitiram a transferência de conhecimento e tecnologia entre o setor público e o privado, resultando em ganhos de eficiência e qualidade nos projetos desenvolvidos. Além disso, essas parcerias incentivaram a participação de empresas estrangeiras de renome nos projetos de infraestrutura brasileiros, trazendo experiência e expertise para a execução das obras.

Após o impacto da crise de 2008, o governo brasileiro reconheceu a importância de promover maior segurança jurídica aos investidores como forma de estimular a retomada dos investimentos internacionais no país. Para isso, foram adotadas estratégias para aprimorar o sistema judiciário e agilizar os processos legais relacionados a investimentos e contratos comerciais, com o objetivo de afastar o receio de litígios prolongados e incertezas jurídicas que poderiam afetar negativamente o interesse dos investidores estrangeiros (DINIZ, 2011).

O fortalecimento da segurança jurídica foi um pilar essencial nas políticas governamentais pós-crise, pois os investidores, tanto nacionais quanto internacionais, buscam um ambiente estável e previsível para realizar seus negócios. Nesse sentido, o governo brasileiro adotou uma postura pró-ativa na modernização do sistema judicial, investindo em capacitação de juízes, simplificação de procedimentos e adoção de tecnologias que permitissem maior eficiência nos processos judiciais.

O governo brasileiro buscou fortalecer a política de comércio exterior, facilitando o acesso ao mercado brasileiro para empresas estrangeiras e promovendo a diversificação das exportações do país. A inserção do Brasil em acordos comerciais bilaterais e multilaterais também teve papel relevante, pois proporcionou maior acesso a mercados internacionais e estimulou os investimentos em setores com potencial exportador.

De acordo com a doutrina de Haffner e Oliveira (2014), outra medida que se mostrou eficaz foi o estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. O governo brasileiro incentivou o investimento em pesquisa e desenvolvimento, bem como a capacitação de recursos humanos altamente qualificados, atraindo assim empresas internacionais com interesse em se beneficiar do potencial criativo e tecnológico do país.

O governo também buscou incentivar a integração das empresas estrangeiras com a indústria nacional, visando a transferência de tecnologia e o fortalecimento do mercado interno. Programas de fomento à cooperação entre empresas brasileiras e estrangeiras foram criados, promovendo sinergias e aumentando a competitividade do país no cenário internacional (BASTOS, 2012).

Sob a perspectiva das lições aprendidas e recomendações para o futuro, destacou-se a necessidade de uma maior supervisão e regulamentação do setor financeiro. A desregulamentação excessiva permitiu que instituições financeiras assumissem riscos cada vez maiores, muitas vezes sem o devido acompanhamento das autoridades competentes. Isso levou a práticas irresponsáveis, como a concessão de empréstimos *subprime* de alto risco a pessoas com históricos de crédito duvidosos. Como resultado, quando esses empréstimos começaram a inadimplir, todo o sistema financeiro ficou abalado.

Outra lição importante foi a interconexão dos mercados globais. A crise de 2008 demonstrou que a economia mundial é altamente interdependente, e problemas em uma região podem facilmente se espalhar para o resto do mundo. Isso ressaltou a importância da cooperação internacional e da coordenação de políticas econômicas para prevenir e mitigar futuras crises.

A crise destacou a importância da transparência e da responsabilidade das instituições financeiras. A falta de divulgação adequada sobre os riscos associados aos produtos financeiros complexos contribuiu para a disseminação do pânico nos mercados. Assim, é fundamental que as instituições financeiras sejam mais transparentes em suas operações e comuniquem de forma clara os riscos envolvidos.

Outra lição essencial foi a necessidade de proteger os consumidores. Muitos indivíduos foram prejudicados pela crise de 2008, perdendo seus empregos, casas e economias. Isso ressaltou a importância de garantir que as políticas econômicas

tenham em mente o bem-estar dos cidadãos e que existam redes de segurança para ajudar aqueles que foram afetados negativamente por crises financeiras (PEREIRA, 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia investigou as dinâmicas econômicas do Brasil no período subsequente à crise financeira global de 2008, enfatizando os mecanismos de resiliência e adaptação manifestados pelos principais indicadores econômicos do país.

A análise revelou um crescimento significativo do PIB em 2008, impulsionado pela pujança do consumo interno e pela valorização das commodities a nível global. Entretanto, o choque externo da crise em 2009 induziu uma contração econômica, notavelmente nos setores agrícola e industrial, seguida por uma fase de recuperação nos anos subsequentes, fortalecida pela revitalização industrial e pelo aumento dos investimentos e do consumo doméstico.

O fluxo de IDE foi importante, conferindo ao Brasil uma posição de destaque na América Latina e no Caribe. As oscilações observadas não abalaram a percepção de um país estável e propício ao investimento estrangeiro. No que tange às taxas de juros e câmbio, a gestão da política monetária, especialmente via taxa Selic, e os movimentos cambiais refletiram as tentativas de equilibrar a inflação e fomentar o crescimento, ao mesmo tempo em que indicavam o nível de confiança dos investidores.

A resposta governamental à crise, através de estímulos econômicos e de políticas de intervenção estatal, demonstrou uma compreensão estratégica da situação e a disposição para adotar ações efetivas visando a atração de investimentos e o crescimento econômico. Reformulações regulatórias, desburocratização, incentivos fiscais e tributários, parcerias público-privadas e um compromisso com a segurança jurídica estabeleceram bases sólidas para a confiança e o interesse dos investidores estrangeiros.

Contudo, esta análise possui limitações intrínsecas. Primeiramente, a disponibilidade e a precisão dos dados econômicos podem ser afetadas por revisões metodológicas e atualizações estatísticas. A influência de fatores políticos internos, que podem ter efeitos significativos na economia, não foi explorada em profundidade, assim como a correlação entre políticas sociais e o desempenho econômico.

Para investigações futuras, recomenda-se uma análise longitudinal mais ampla, que contemple com maior profundidade os impactos de longo prazo das

políticas adotadas no período pós-crise. Seria igualmente relevante examinar a inter-relação entre os indicadores econômicos e os índices de desigualdade social. Um estudo comparativo com outras economias emergentes poderia fornecer informações adicionais sobre estratégias alternativas de resiliência.

Além do mais, pesquisas focadas no papel do setor financeiro na estabilidade macroeconômica e a eficácia das reformas regulatórias em mitigar os riscos sistêmicos seriam de grande valia. Em uma última análise, análises que integrem a perspectiva de economia comportamental poderiam enriquecer a compreensão dos mecanismos de resposta dos consumidores e investidores em períodos de crise econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2000.

ACSELRAD, Henri et al. **Conflitos ambientais no Brasil**. Relume Dumará, 2014.
ALVES, Waldon Volpiceli. **Uma breve história das crises econômicas**. Simplíssimo, 2015.

ANTUNES, Daví José Nardo. O Brasil dos anos 90: um balanço. **Revista Leituras de Economia Política**, v. 9, 2001.

ASSUNÇÃO, Matheus Carneiro. Incentivos fiscais em tempos de crise: impactos econômicos e reflexos financeiros. **Revista da PGFN**, v. 1, n. 1, p. 99-121, 2011.

BACHA, E. L. et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

BARTONCELLO, Maximiliano Gabriel. **Mercado de Capitais: Notas sobre a Importância do Mercado de Capitais Brasileiro**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – UNILA, 2022.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. **Observatório da Economia Global**. Campinas: UNICAMP, 2012.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programação monetária 2010**. 2010. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/programacaomonetaria/pm-032010p.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

___. **Relatório anual 2008**. 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2008/rel2008p.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

___. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório anual 2009**. 2009. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009p.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

___. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório anual 2010**. 2010. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010p.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

___. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa de juros básica - histórico**. 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros. Acesso em: 07 nov. 2023.

BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. A. G. (Org.). **Economia brasileira**: uma introdução crítica. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

BREMMER, Ian. **O fim do livre mercado-quem vence a guerra entre estado e corporações?** Saraiva Educação SA, 2017.

BRITO, Paulo. **Economia Brasileira**: Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas. Ed. Atlas. São Paulo, 2004.

BUSNARDO, Felipe Dardani. **Crise do subprime**: como a bolha imobiliária e o mercado financeiro derrubaram a economia americana em 2008, e os reflexos da crise para o Brasil. 2012. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2012.

CAMPOS, César Cunha *et al*. **Agronegócio**. FGV Projetos, 2019.

CARNEIRO, R. (Org.). **Economia brasileira**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia SA, 2018.

CASTRO, Keven Felipe Barbosa de. **Análise do impacto das políticas públicas brasileiras de estímulo ao crédito para pessoas físicas durante a pandemia da Covid-19**. 2023. 65 f. Dissertação - Fundação Getulio Vargas, 2023.

CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2012**. Santiago do Chile: CEPAL, 2021. Disponível em: https://www.cepal.org/en/publications/47148-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-2021. Acesso em: 01 nov. 2023.

CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2011**. Santiago do Chile: CEPAL, 2012. Disponível em: https://www.cepal.org/en/publications/1147-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-2011. Acesso em: 01 nov. 2023.

COSTA, Camila Carvalho; SOUZA, Guilherme Silva; SANTOS, William Sousa dos. **Políticas Anticíclicas e a Crise do Subprime**: como as medidas anticíclicas auxiliaram o Brasil no enfrentamento da crise de 2008. 2023. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Anhembi Morumbi, 2023.

COSTA, Felipe da Silva. **Taxa de juros no Brasil após o plano real**. 2010. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, George Henrique Moura et al. A Industrialização Brasileira entre 1900 e 1930 em uma perspectiva histórica. **Hegemonia**, n. 21, p. 24-24, 2017.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8793/1/Pol%c3%adtica%20externa%20brasileira%20em%20debate_dimens%c3%b5es%20e%20estrat%c3%a9gias%20de%20inser%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023.

DEUS, Larissa N. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira.** Chapecó: Revista Cadernos de Economia, 2013.

DIDIER, Tatiana *et al*. Financing firms in hibernation during the COVID-19 pandemic. **Journal of Financial Stability**, v. 53, p. 100837, 2021.

DINIZ, Eli. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **Dados**, v. 54, p. 493-532, 2011.

DOWBOR, Ladislau e KILSZTAJN, Samuel. **Economia Social no Brasil**. Ed. SENAC. São Paulo.

DYMSKI, Gary Arthur. O gênio fora da garrafa: a evolução da política too big to fail e a estratégia bancária dos Estados Unidos. **As Transformações no Sistema Financeiro Internacional. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, p. 177-244, 2012.

ELEGANCIA, Edgar Ednadygarra Leite et al. **Quando a mídia vira escândalo**: a cobertura dos casos Alceni Guerra e Ibsen Pinheiro (1991-1993). 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Ana Izabella *et al*. A economia global e o mercado interno das pequenas e médias empresas. **Revista Científica Unilago**, v. 1, n. 1, 2018.

FERREIRA, Douglas M. **O efeito contágio da crise do subprime no mercado acionário brasileiro.** Viçosa: 2012.

FERREIRA, Talita Quaresma. **O boom das commodities dos anos 2000**: uma análise do impacto da alta das commodities nas taxas de investimento direto externo no Brasil. 2018. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

FILHO, Gilberto R. B. J. E. T. T. F. **Analisando a crise do subprime.** Rio de Janeiro: Revista do BNDES 2008.

FLEURY, Afonso. **Brazilian multinationals: competences for internationalization**. Cambridge University Press, 2011.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos avançados**, v. 23, p. 125-145, 2009.

FRISCHTAK, Cláudio R.; DAVIES, Katharina; NORONHA, Julia. O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada. **Revista Econômica**, v. 17, n. 2, 2015.

FROYEN, Richard. **Macroeconomia**. Saraiva Educação SA, 2017.

GARCIA, Márcio Gomes Pinto; DIDIER, Tatiana. Taxa de juros, risco cambial e risco Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**, v.33, n.2, 2003.

GIAMBIAGI, F.; PINHEIRO, A. C. (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Ed. Campus, 2004.

GLACHANT, Matthieu et al. Greening global value chains: Innovation and the international diffusion of technologies and knowledge. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 6467, 2013.

GODOY, Raphael Afonso de. **Prevendo uma recessão**: o poder preditivo de variáveis financeiras. 2011. Dissertação - INSPER Instituto de Ensino e Pesquisa, 2011.

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández; OLIVEIRA, Ariane Bayer de. Inovação tecnológica e desenvolvimento: o caso da Finlândia. **Análise Econômica**. Porto Alegre. Vol. 30, n. 62 (set. 2014), p. 225-250, 2014.

IBGE. **PIB cresce 2,9% em 2022 e fecha o ano em R$ 9,9 trilhões**. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36371-pib-cresce-2-9-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-9-9-trilhoes. Acesso em: 30. Out. 2023.

IBGE. **PIB cresce 4,6% em 2021 e fecha o ano em R$ 8,7 trilhões**. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33067-pib-cresce-4-6-em-2021-e-fecha-o-ano-em-r-8-7-trilhoes. Acesso em: 30. Out. 2023.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Taxa de câmbio - R$/US$ - comercial - venda - média**. 2023. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=31924. Acesso em: 07 nov. 2023.
KARA, Hakan. A brief assessment of Turkey's macroprudential policy approach: 2011–2015. **Central Bank Review**, v. 16, n. 3, p. 85-92, 2016.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Globalization: What's new? What's not?(And so what?). In: **Making policy happen**. Routledge, 2020. p. 105-113.

LANZANA, Antonio E. T. **Economia Brasileira**: Fundamentos e Atualidade. Ed. Atlas. São Paulo, 2002.

LEITE, Antônio Dias. **A economia brasileira: de onde viemos e onde estamos**. Elsevier, 2011.

LIMA, Breno B. **A evolução do crédito no período de 2000 a 2010 sob a ótica das contas nacionais.** Rio de Janeiro: 2014.
LOPES, Nádia Gabriele Marucci. **A promoção comercial brasileira de 1995 a 2010**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2010.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros & Empreendedores**: a Saga do Desenvolvimento no Brasil - Vol. 2. Ed. Saraiva. São Paulo, 2005.

MARTIN-RIOS, Carlos; PASAMAR, Susana. Service innovation in times of economic crisis: the strategic adaptation activities of the top EU service firms. **R&d Management**, v. 48, n. 2, p. 195-209, 2018.

MATTOS, Eduardo Silva. **O que a Crise do Subprime Ensinou ao Direito? Evidências e Lições do Modelo Concorrencial e Regulatório Bancário Brasileiro**. Almedina, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC, 2019.

MENEZES, Nádia Barbacovi. **Inserção internacional do Brasil: uma análise da política governamental de incentivo à internacionalização de empresas (1997-2005)**. 2010. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

METZNER, Talita Dayane; MATIAS, Alberto Borges. **O setor bancário brasileiro de 1990 a 2010**. Editora Manole, 2015.

MILANEZ, Bruno *et al*. Injustiça ambiental, mineração e siderurgia. **Rio de Janeiro: Fio Cruz**, p. 175-205, 2013.

MISHKIN, Frederic S. Over the cliff: From the subprime to the global financial crisis. **Journal of Economic Perspectives**, v. 25, n. 1, p. 49-70, 2011.

MONTES, Gabriel Caldas; REIS, Artur Faria dos. Investimento público em infraestrutura no período pós-privatizações. **Economia e Sociedade**, v. 20, p. 167-194, 2011.

MORAIS, Alfredo; SAAD FILHO, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. BOD GmbH DE, 2018.

NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane. Macroeconomic policies in Brazil before and after the 2008 global financial crisis: Brazilian policy-makers still trapped in the New Macroeconomic Consensus guidelines. **Cambridge Journal of Economics**, v. 44, n. 4, p. 749-779, 2020.

NYDEGGER, Martin. **A Crise Financeira de 2008 e a relação entre Estados e Mercados**: o caso da Islândia. 2013. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Campinas, 2013.

OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Dicionário de economia brasileira**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Virginia Izabel; PINHEIRO, Juliano Lima. **Gestão de riscos no mercado financeiro**. Saraiva Educação SA, 2018.

PASQUALIN, Felipe. **Matriz energética brasileira**: uma análise acerca do setor petrolífero e os impactos das políticas de conteúdo local. 2017. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos avançados**, v. 31, p. 125-144, 2017.

PEREIRA, Isa Raquel Pinto. **A concessão de crédito responsável nos contratos de crédito ao consumo**. 2022. Dissertação de Mestrado – Universidade Portucalense, 2022.

PINHO, Diva Benevides. **Manual de Economia.** Ed. Saraiva. São Paulo, 2004.

PINTO, Gustavo Louis Henrique. **Metamorfoses do rural no pensamento de Celso Furtado (1948-1964)**. 2012. 137 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de São Carlos, 2012.

PRATES, Daniela; MARÇAL, Emerson Fernandes. O papel do ciclo de preços das commodities no desempenho recente das exportações brasileiras. **Análise Econômica**, v. 26, n. 49, 2008.

QUINZANI, Marcia Angela Dahmer. Perspectivas de uma nova agenda de política industrial: os desafios da indústria brasileira no pós-pandemia da Covid-19. **Sapienza: International Journal of Interdisciplinary Studies**, v.2, n. 2, p.1-19, 2021.

RAPOZO, Fernanda. **Análise comparativa entre os impactos das crises de 1930 e 2008 na economia brasileira sob a ótica pós-keynesiana**. 2018. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2018.
ROSSETTI. **Introdução à Economia**. Ed. Atlas.20.ed. São Paulo, 2003.

ROUBINI, Nouriel. **A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional**. Editora Intrínseca, 2010.

SALAMA, Pierre. Modelo de crescimento guiado pelo mercado interno na América Latina após a crise: uma utopia inspiradora? **Revista Tempo do Mundo**, v.2, n.3, p.1-19, 2010.

SALOMÃO, Benito Adelmo. Quando a política afeta a economia? Os efeitos da instabilidade macroeconômica e incertezas políticas sobre o mercado de capitais no pós crise. **Revista brasileira de economia de empresas**, v. 20, n. 1, 2020.

SANFELICI, Daniel Mello. O financeiro e o imobiliário na reestruturação das metrópoles brasileiras. **Revista da ANPEGE**, v. 6, n. 06, p. 17-28, 2010.

SANTOS, Carlos José Crêspo. Recursos naturais brasileiros. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Artigos Estratégicos**, v. 1, n. 1, p. 89-111, 2016.

SANTOS, Ingrid Aline Zoé Geremias. **Efeito contágio da crise financeira no mercado acionário brasileiro**. 2017. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, 2017.

SCHAPPO, Mateus. **A retomada do crescimento no setor energético através da concessão de serviços e das parcerias público-privadas (PPP)**. 2008. 142 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SILVA, Luiz E. B. S. **As consequências da crise americana do subprime na economia do Brasil.** Palhoça: 2017.

SILVA, Luiz Eduardo Emerick Bitencourt. As consequências da crise americana de 2007/2008 na economia brasileira. **Ciências Econômicas-Unisul Virtual**, 2017.

SOLER, Felipe Boaventura. **A atuação anticíclica do brasil e demais países integrantes do BRIC durante a crise internacional de 2008/2009**. 2012. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SOUZA, Jessé Delgado da Costa. **Crise de 2008**: um estudo da recuperação brasileira no pós-recessão. 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 2019.

STORM, Servaas; NAASTEPAD, C. W. M. Crisis and recovery in the German economy: The real lessons. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 32, p. 11-24, 2015.

STUENKEL, Oliver. The financial crisis, contested legitimacy, and the genesis of intra-BRICS cooperation. **Global governance**, p. 611-630, 2013.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. Edições Iskra e Boitempo Editorial, 2021.

TOOZE, Adam. **Crashed: How a decade of financial crises changed the world**. Penguin, 2018.

WORLD BANK. **Investimento estrangeiro direto, entradas líquidas (% do PIB) - Brasil**. 2023. Disponível em:

https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS?locations=BR. Acesso em: 04 nov. 2023.

XAVIER, Ana Carolina Rocha. **A globalização financeira e os impactos da crise de 2008 para os países emergentes**: o brasil da deflagração da crise à gestão rousseff (2010-2016). 2020. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2020.